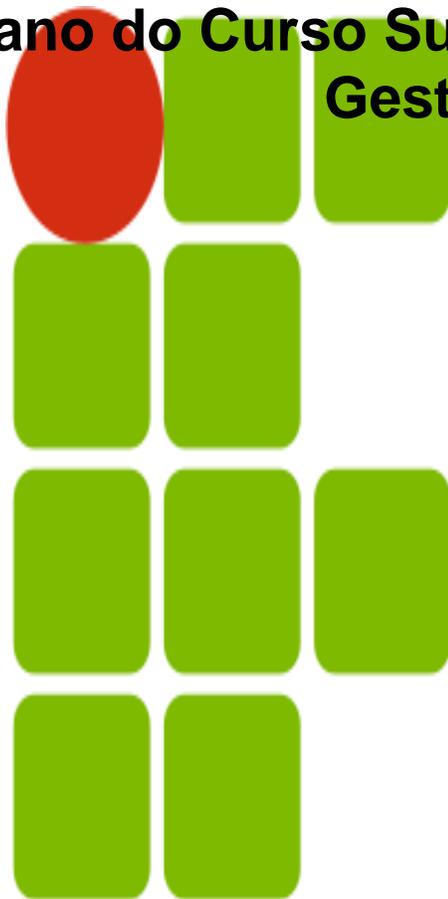




Plano do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública



INSTITUTO FEDERAL
PARÁ

Belém- PA/ 2016



Dados de identificação da instituição:

Instituição	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Campus	Belém
CNPJ	10.763.998/0001-30
Esfera Administrativa	Federal
Endereço completo	Av. Almirante Barroso, 1155 – Marco
CEP	66.093 –020 –Belém/Pará
Telefone do Campus	3201-1700
Telefone da coordenação do curso	3201-1745
Site do Campus	belem.ifpa.edu.br
Redes sociais	twitter: @ifpacampusbelem Facebook: (IFPA Campus Belém): https://www.facebook.com/ifpacampusbelem/?fref=ts Youtube: (IFPA campus Belém ASCOM): https://www.youtube.com/user/ifpacampusbelem
E-mail institucional da coordenação do curso	gestaohospitalar@ifpa.edu.br (em processo de criação)
Eixo Tecnológico	Gestão e Negócios
Área	Administração Pública
Carga horária	2.057horas
Reitor	Prof.Dr. Cláudio Alex Jorge da Rocha.
Pró-Reitora de Ensino	Profa.Dra. Elinilze Guedes Teodoro.
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Profa.Dra. Ana Paula Palheta Santana.
Pró-Reitora de Extensão	Profa.Dra. Mary Lucy Mendes Guimarães
Pró-Reitor de Administração	Esp. Danilson Lobato da Costa
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	Prof.Msc. Raimundo Nonato Sanches de Souza
Diretor Geral do Campus Belém	Prof.Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues
Equipe de elaboração do PPC	Profª Msc. Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos Profª Msc. Katya Regina Matos Batista Prof . Msc. Dauana Ferreira Santos Profª Dra. Neila Waldomira do Socorro Souza Cabral Profª Msc. Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves Profª Dr. Alessandro de Castro Correa Prof.Ailton Castro Pinheiro Prof. Esp. Roberto Magalhães Reis



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
2	JUSTIFICATIVA	7
2.1	Histórico do IFPA	7
2.2	Caracterização da Região	12
2.2.1	Aspecto Econômico do Estado	13
2..2.2	Análise Setorial	15
2.2.3	Mercado de Trabalho	17
3	REGIME LETIVO	18
4	OBJETIVOS	18
4.1	Geral	18
4.2	Específicos	
5	REQUISITOS E FORMA DE ACESSO AO CURSO	18
6	PERFIL PROFISSIONAL D OEGRESSO	20
7	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO ITINERARIO	25
8	MATRIZ CURRICULAR	26
9	DESCRIÇÃO DA CADA DSICCIPLINA	30
10	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	52
11	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	54
12	ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO OU PEDAGÓGICAS	56
13	ATIVIDADES COMPMENTARES	58
14	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	59
15	POLITICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS	63
16	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	68
17	POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIENCIA OUMOBILIDADE REDUZIDA	71
18	APOIO AO DISCENTE	73
18.1	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE APOIO AO ENSINO- DEPAE	73
18.1.1	Política de Nivelamento	74
18.1.2	Política de Assistência Estudantil no IFPA/Campus	76
19	TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	77
20	EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTE- ENADE	79
21	ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO	80
21.1	Extensão	80
21.2	Pesquisa	88
22	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	
23	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CNOHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	91
24	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	92



25	SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	93
26	DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL DO CURSO	95
27	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	96
28	COLEGIADO DO CURSO DE NDE	97
29	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS	98
29.1	Infraestrututa Física e Recurso Materiais	98
29.2	Infraestrutura acadêmica	99
30	DIPLOMAÇÃO	101
31	REFERÊNCIAS	104



1. APRESENTAÇÃO

No intuito de disponibilizar oportunidade de qualificação profissional da Administração Pública e de vir ao encontro da demanda da sociedade pela prestação de serviços públicos de melhor qualidade, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) oferta o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, por vir ao encontro das necessidades regionais, da Administração Pública Federal, da sociedade e dos anseios da comunidade formada.

Sendo uma instituição de ensino superior vinculado ao Ministério da Educação, atende também para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia os Pareceres CNE/CES 436/2001 e CNE/CP 29/2002, e no Decreto nº 5.154/2004 que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº9.394/96, dispõe:

Art.5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

A oferta deste curso com qualificação específica para a área pública é oferecida como IES pública, apenas pelo IFPA na modalidade de tecnologia no estado do Pará, o que apresenta uma significativa demanda por profissionais qualificados nesta área nas esferas municipal, estadual e federal.

Para nortear suas práticas acadêmicas harmonicamente, com uma visão sistêmica, o IFPA tem princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais, fundamentados nas finalidades da lei de criação dos IFE, que funcionam como guia ou linha norteadora para as tomadas de decisão ou qualquer atividade desenvolvida.

Considerando a diversidade de caminhos cultural e natural, a promoção a de se considerar a constituição um processo dinâmico e legítimo, em permanente interconexão com o cenário da instituição o projeto pedagógico do curso está articulado com as políticas institucionais no PPI e no PDI do IFPA, bem como, as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei n 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia, o Parecer



CNE/CES nº 436/2001, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 e o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

O fortalecimento do ensino representando uma inter-relação coletiva à necessidade da formação histórica profissionalizante do IFPa, conjuga o Regimento Didático Pedagógico -RDP e em seu Plano de Desenvolvimento institucional – PDI, o que garante em sua função social:

Ofertar educação tecnológica com ênfase na trilogia: ensino, Pesquisa e Extensão, visando à formação e qualificação de profissionais para o mundo produtivo, promovendo o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com setores produtivos e a sociedade, no cenário local e regional, sendo capaz de atuar de forma transformadora no âmbito educacional, político e social.

O Regulamento Didático Pedagógico do IFPA define orientações para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico e inserção regional; assegurando o cumprimento de suas políticas e ações. Muito mais que um documento técnico-institucional é considerado um instrumento de ação política e pedagógica que garante uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal.

O currículo do curso de Tecnologia em Gestão Pública está atualizado de acordo com seus conteúdos curriculares 2016 pelos professores do Núcleo Docente Estruturante com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso em sua Portaria do Inep nº 231/2015, revelando de forma ampla o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado:

“aos conteúdos, às habilidades e às competências necessárias para a formação do tecnólogo tomando como referência o perfil profissional descrito no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, bem como em relação aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e mundial e outras áreas do conhecimento”.

Diante disto, o reconhecimento da necessidade de capacitação e qualificação dos servidores públicos federais culminou na Lei nº 11.091/2005, que propõe a estruturação



do Plano de Carreiras dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino (IFE) vinculadas ao Ministério da Educação, acompanhada do Decreto nº 5.707/2006 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, sendo implementada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal que estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao Ministério da Educação. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma nossa unidade em Belém passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA Campus Belém possui 106 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizes Artífices do Pará-EAA/PA (1909), Liceu Industrial do Pará- LI/Pará (1937), Escola Industrial de Belém (1942), Escola Federal Industrial do Pará (1966), Escola Técnica Federal do Pará-ETFPA (1968), Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará-CEFET/PA (1999) e desde 2008 foi incorporado como Campus integrante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA.

O IFPA-Campus-Belém é localizado na Avenida Almirante Barroso 1155, entre travessa Timbó e travessa Mariz e Barros, bairro do Marco, CEP 66093-020. A área de abrangência do Campus Belém, foi definida pela resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, e além do município de Belém, no que tange a oferta de ensino,



os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure também fazem parte dessa abrangência.

Atualmente o IFPA-Câmpus Belém oferta cursos de **nível médio**, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas **Integrada ao Ensino Médio** (ensino médio e educação profissional compondo currículo único e integrado constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao público que concluiu o ensino fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e **Subsequente** (curso técnico de nível médio destinado a aqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da formação técnica), são eles: técnico em Telecomunicações, técnico em Eletrotécnica, técnico em Eletrônica, técnico em Informática, técnico em Química, técnico em Metalurgia, técnico em Mecânica, técnico em Agente Comunitário de Saúde, técnico em Eventos, técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Edificações, técnico em Estradas, técnico em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, técnico em Design de Interiores, técnico em Mineração, técnico em Pesca e Aquicultura e técnico em Saneamento.

Compõe a oferta do IFPA Câmpus Belém **cursos Superiores de Tecnologia**, em nível de graduação, com currículo específico estruturado para uma área de formação específica, que tem como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante, são eles: Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia em Eletrotécnica Industrial, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia e Gestão de Saúde.

Ainda no que tange a oferta do **ensino superior**, o IFPA Câmpus Belém possui cursos de **graduação na área da Engenharia**, para o qual é exigida como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante. Estão assim elencados: Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

O IFPA Câmpus Belém oferta ainda cursos de **graduação na área das licenciaturas**, para os quais também é necessário que o ingressante tenha concluído o ensino médio: Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Física, Licenciatura em



Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Em nível de **pós-graduação lato sensu** está vigente a oferta do curso de especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais, História e Cultura Afrobrasileira e Africana coordenado pelo NEAB (Núcleo de Estudos Afrobrasileros e Diversidades). Para este curso é necessário que o ingressante tenha concluído curso de graduação. Em nível de pós-graduação **stricto sensu** já está aprovado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o curso de Mestrado em Engenharia de Materiais com previsão para abertura de edital para primeira turma em 2016.

A retomada de oferta de cursos em EJA-EPT (Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica) já está em fase de estruturação e construção das propostas pelo Campus Belém, outras ofertas como de PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), UAB (Universidade Aberta do Brasil), E-TEC Brasil estão finalizando turmas em andamento e ou em processo de retomada de oferta, ressaltando-se as especificidades da oferta de cada programa.

De acordo com o organograma do Campus Belém compõe a estrutura da Direção de Ensino os seguintes Departamentos: Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE), Departamento de Ensino, Processos Industriais, Informação e Comunicação (DEPIC), Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS), Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura (DERIN) e Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO). O curso de Tecnologia em Gestão Pública está ligado ao Departamento de Ensino de Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde enquadra-se dentro do Eixo Gestão e Negócios de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Missão

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes.



1.3 Visão

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho.

1.4 Valores

- Formação cidadã
- Ética e transparência
- Inclusão e integração da diversidade
- Inovação Científica e Tecnológica
- Excelência na gestão pública e educacional
- Compromisso com o desenvolvimento local e regional
- Desenvolvimento Sustentável

O IFPA com a experiência educacional e profissionalizante centenária acumulada e com a expertise adquirida com o ensino superior, iniciou o Curso de Tecnologia em Gestão Pública no ano de 2007, com o objetivo em atender a formação acadêmica ao Estado, que necessita de uma qualificação específica. O curso é ofertado na cidade de Belém capital do estado do Pará, no campus Belém localizado na Avenida Almirante Barroso 1155 no Bairro do Marco.

Figura 1 - Sede do IFPA Campus Belém



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>



O curso de Gestão Pública segue os princípios norteadores do PDI (2014-2017) e como o PPI, ofertando um curso com qualificação específica para a área pública é oferecida apenas pela IES na modalidade de tecnologia no estado do Pará, o que apresenta uma significativa demanda por profissionais qualificados nesta área nas esferas municipal, estadual e federal.

A justificativa para a oferta do curso está pautada nas transformações que a Administração Pública brasileira vem passando tanto operacionais com culturais, sob a influência das novas posturas gerenciais do Estado, e conseqüentemente com mudanças nos organismos públicos que se aprofundaram e ganharam notoriedade. Alguns estados, inclusive o brasileiro, realizaram um esforço grande para melhor focar as atividades de governo no atendimento ao cidadão, tornando a máquina estatal mais leve e produtiva.

As diretrizes desta reforma foram lastreadas no conjunto de princípios da chamada Administração Pública Gerencial, a saber: foco nos resultados, indicadores de desempenho, parcerias, trabalho em rede, gestão do conhecimento, autonomia e responsabilização, transparência, controle social e avaliação dos recursos públicos.

A definição de Reforma Gerencial se encerra em sete características da nova gestão pública: administração profissional, indicadores de desempenho explícitos, maior ênfase no controle de resultados, divisão das organizações públicas em unidades menores, maior competição entre unidades, ênfase no uso de práticas de gestão originadas no setor privado, e ênfase em maior disciplina e parcimônia no uso de recursos.

Apesar da necessidade de profissionalização da administração pública, é escassa a oferta de cursos de graduação na área pública no Estado do Pará, o que dificulta a modernização da administração nas esferas federal, estadual e municipal.

Segundo SANTOS (2006) se o Estado deve se orientar para as entregas (de bens e serviços) à sociedade para a comunicação com a população e o diálogo federativo, então os instrumentos de planejamento, orçamento e gestão por parte dos gestores públicos devem ser construídos para o desenvolvimento e orientá-lo para a redução das desigualdades de sua região.

Nas últimas décadas a gestão pública vem buscando o planejamento e



formulação de políticas responsáveis por ações que resultem na melhoria da qualidade de vida das populações nas cidades, Estados e Países e a elaboração, implantação, monitoramento e avaliação temporal dos resultados das políticas públicas, obedecendo os ditames constitucionais da impessoalidade, da legalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

Com esse intuito o IFPA comprometido com a sociedade brasileira e paraense vem através do curso de Tecnologia em Gestão Pública garantir dentro da concepção institucional, a oferta de um ensino profissionalizantes aos agentes públicos frente aos desafios socioeconômicos do Estado do Pará.

2.2 Caracterização da Região

O Estado do Pará tem uma população estimada de 8,074 milhões de habitantes¹, distribuída em 144 municípios, com grande concentração urbana, destaca-se por suas reservas minerais, hídricas, potencial energético hidrelétrico e pela vasta bioma, porém apresenta um contraste socioeconômico por parte da população estar vivendo abaixo da linha de pobreza, uma das consequências da má distribuição de renda, o que exige gestores públicos qualificados e políticas públicas com bases sustentáveis ao desenvolvimento da região.

Nas últimas cinco décadas, o estado triplicou sua população, seja por nascimento e mortes ou pelo fenômeno da migração que direciona ao Estado elevado contingente populacional, se comparado ao movimento migratório de outros estados e regiões do país. A soma desses fatores resultou em significativa mudança no padrão de ocupação do espaço territorial do Estado, cuja densidade demográfica passou de 1,74 hab/km², em 1970, para 6,08 hab/km², em 2010.

2.2.1 Aspecto econômico do estado

Os empreendimentos econômicos do estado do Pará potencializam competitividade com base no modelo econômico de APLs, nas áreas que configura alavancagem nos crescimentos econômicos e de infraestrutura empresarial.

¹ Dados do IBGE-2014.



A elaboração de uma estratégia de governança é efetivada por ações integradas de políticas públicas estruturadas em conjunto com os diversos atores envolvidos (empresários, sindicatos, entidades de educação, de crédito, de tecnologia, agências de desenvolvimento, entre outras), ou seja, necessidades de fomento aos Arranjos Produtivos Locais (APLs) com critérios para a elaboração de modelo de gestão de políticas públicas em APL.

São destaques os seguintes APLs do estado:

- APL de Turismo da Região de Marajó
- APL de Artefatos de Madeira da Região da BR 222
- APL de Apicultura da Região Nordeste Paranaense
- APL de Floricultura da Microregião de Belém e de Castanhal
- APL de Fruticultura da Região Salgado Paraense
- APL de Pesca e Aquicultura da Região de Bragança
- APL Lácteo da Região Sul e Sudeste do Pará

2.2.2 Análise Setorial

Na análise dos maiores setores de atividades econômicas no ano de 2012, o setor de serviços teve um crescimento real de 5,1%, resultado que garantiu destaque no valor adicionado do Estado, passando de 51,5% em 2011 para 55,2% em 2012.

O setor da agropecuária não apresentou expansão no volume de produção, no entanto, o setor ganhou 1,1 p.p de participação no VA paraense, passando de 6,1% para 7,2% de participação. O setor da indústria teve pouca representação 0,4% no VA estadual, o setor perdeu 4,9 p.p de participação, passando de 42,5% para 37,6%, devido à redução no seu valor adicionado (R\$ 34.343 milhões em 2011 para R\$ 30.698 milhões em 2012).

Em 2012 as atividades econômicas em destaque, foram: construção civil 17,1%; transportes 11,9%; comércio 8,1% e outros serviços 5,6%¹. Em relação às atividades com resultados negativos pode-se destacar: extrativa mineral (-2,7%); produção e distribuição de eletricidade e água (-2,0%); e indústria de transformação (-1,9%).



Tabela 1 -Participação e taxa de crescimento das atividades econômicas do estado do Pará(2011-2012)

Setores/Atividades	VA corrente (R\$ Milhões)		Estrutura de participação (%)		Crescimento real (%)	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Agropecuária	4.895	5.899	6,1	7,2	2,7	0,0
Indústria	34.343	30.698	42,5	37,6	6,1	0,4
Extrativa mineral	21.883	18.080	27,1	22,1	8,1	(2,7)
Transformação	4.305	4.359	5,3	5,3	(4,9)	(1,9)
Prod. e distr. de eletric. e água	3.107	2.741	3,8	3,4	6,1	(2,0)
Construção	5.048	5.518	6,2	6,8	10,7	17,1
Serviços	41.584	45.126	51,5	55,2	4,7	5,1
Comércio	7.643	8.531	9,5	10,4	7,3	8,1
Transportes	3.124	3.568	3,9	4,4	11,3	11,9
Serviços de informação	1.420	901	1,8	1,1	2,5	2,4
Intermediação financeira	2.171	2.364	2,7	2,9	5,0	2,9
Administração pública	13.857	15.328	17,1	18,8	2,3	2,8
Ativ. imobiliárias e aluguel	6.489	6.900	8,0	8,4	2,1	4,1
Outros serviços ¹	6.880	7.534	8,5	9,2	6,9	5,6
Valor Adicionado	80.822	81.724	100,0	100,0	5,2	2,8

Fonte: IBGE e IDESP, 2014.

Elaboração: IDESP.

Em relação à atividade industrial paraense apresentou um crescimento de 0,4% no ano de 2012, com recuo no valor adicionado bruto de 10,6% em relação a 2011, causado por queda nos preços das *commodities*.

Em relação ao setor de serviços no estado cresceu 5,1% em 2012, desempenho superior ao observado no ano anterior 4,7%, com valor adicionado de R\$ 45.126 milhões, aumento de 8,52% em comparação a 2011. As atividades de destaque no setor são: a administração pública, o comércio e as atividades imobiliárias e aluguel, totalizando 68,2% do VA em 2012.

Tabela 2 -Participação das atividades de serviço no valor adicionado do setor de serviços do estado do Pará (2011-2012)



Atividades	Estrutura de participação (%)		Diferença percentual
	2011	2012	
Serviços	100,0	100,0	-
Comércio	18,4	18,9	0,5
Transportes	7,5	7,9	0,4
Serviços de informação	3,4	2,0	-1,4
Intermediação financeira	5,2	5,2	0,0
Administração pública	33,3	34,0	0,6
Atividades imobiliárias e aluguel	15,6	15,3	-0,3
Outros serviços	16,5	16,7	0,2

Fonte: IBGE e IDESP, 2014.
Elaboração: IDESP.

2.2.3 Mercado de Trabalho

No acompanhando do número de empregos e geração de renda e emprego a tendência de ocupação do mercado de trabalho paraense em 2011 a administração pública agrega o resultado de 372.030 empregos formais, com destaque para os setores do serviço e comércio respectivamente, conforme demonstrado no gráfico.

Tabela 3 - Número de Empregos Formais – Pará 2011

Setor	Masculino	Feminino	Total
Extrativismo mineral	13.482	2.001	15.483
Indústria de transformação	74.966	15.666	90.632
Serv industrial up	5.819	1.197	7.016
Construção civil	69.639	5.424	75.063
Comércio	113.275	75.558	188.833
Serviço	147.202	93.308	240.510
Adm pública	160.575	211.455	372.030
Agropecuária	42.877	4.645	47.522
TOTAL	627.835	409.254	1.037.089

Fonte: RAIS/TEM

Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) em 2011 o número de funcionários públicos nos municípios do país sofreu uma expansão



de 4,8% em dois anos, chegando a 5,96 milhões . O que representa um percentual de 3,1% do total da população brasileira que ocupam algum cargo público.

A mesma pesquisa apontou que dos estados que apresentaram mis avanço no número de funcionários em ocupação na administração direta entre 2009 e 2011 os estados da região norte tiveram um avanço em relação outras regiões. Com destaque para o estado do Pará com maior ritmo de número com avanço de 14% com aumento de ocupação de empregados nessa ocupação, somando 255,6 mil.

Neste aspecto, a formação profissional e o nível de escolaridade dos jovens paraense deve ser prioridade dos gestores públicos, na geração de programas à educação e conhecimentos básicos ao desenvolvimento da capacidade de qualificação e formação escolar, adequada a demanda de mercado de trabalho da região.

Em relação a permanência na escola e o processo de vivencia do trabalho, os jovens paraense apresentam um percentual de 39,4% da faixa etária de 18 a 24 anos que só trabalham. Os jovens vivenciam o conflito trabalho e escola, seja pela falta de oportunidades educacionais, seja pela ausência simultânea de oportunidades educacionais e de trabalho.

As ocupações que empregam a força de trabalho nesta faixa etária, destacam-se os setores do comércio, Construção Civil, Agropecuária, Serviços e Indústria de Transformação como os principais responsáveis pela alocação dos jovens em postos de trabalho no Pará.

A realidade econômica e social do estado do Pará, ocorrido na última década apresentou destaque da atuação estatal na estabilidade macroeconômica, desenvolvimento sustentável e crescimento do emprego e da renda.

Porém, mais arranjos de políticas públicas como PAC, PDE, Bolsa Família, entre outras, precisam ser garantindo, e de outras políticas está diretamente relacionada a capacidade de gestão das mesmas.

Nesse âmbito, os aspectos da realidade que se deseja alterar são fundamentais para uma adequada gestão, e os indicadores é uma ferramenta que confirmam a efetivação do Curso de Tecnologia em Gestão Pública.

Esse cenário também pode ser apresentado pela verticalização do processo didático-pedagógico do curso com a aprovação e implantação do Plano de Curso de



Especialização *lato sensu* em Gestão Pública em 2010. Seu processo Seletivo realizado em 2011 com 50 vagas ofertadas e preenchidas, ao atendimento profissional no segmento de Gestão Pública.

3. REGIME LETIVO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública funciona na modalidade presencial, relativo ao eixo tecnológico de Gestão e Negócios do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com as seguintes características gerais:

Número de Vagas: 150 vagas por ano.

Turno de Funcionamento: o curso será ofertado no período vespertino e noturno.

Modalidade de Oferta: presencial.

Título Conferido: Tecnólogo em Gestão Pública.

Duração: tempo mínimo de cinco semestres², desde que o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) seja realizado concomitantemente com as disciplinas último semestre do curso.

Carga Horária³: A carga horária proposta atende ao Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia com a carga horária mínima de 1600 horas. Acrescentando-se Prática Profissional, Trabalho de Conclusão de Curso, Estágio Curricular e Atividades Complementares, totalizando **2.057 hora/relógio** e **2.472 hora/aula**.

Período Letivo: 1º semestre

Regime Letivo: semestral

Atos normativos do Curso: Portaria de Funcionamento nº 003/2007-CONDIR de 02/02/2007. A primeira turma iniciou seu funcionamento em 16/03/2007. A Portaria de Reconhecimento SETEC/MEC nº 493, de 20 de dezembro de 2011.

Avaliações Externas: É utilizado o Instrumento de Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, quanto às dimensões de avaliação. O curso participou em 2015 pela avaliação do ENADE e aguarda seu Conceito Preliminar do Curso.

² Salvo os casos omissos.

³ O curso não apresenta carga horária à distância.



Período de Integralização: tempo máximo de oito semestres.

Unidade Acadêmica de Funcionamento: Campus Belém (Sede)

4.OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral

- Promover a qualificação de cidadãos para ingressar no mercado de trabalho qualificando profissionais que já atuem na administração pública possibilitando atuação na gestão das instituições públicas, com eficiência na garantia dos serviços prestados à sociedade contribuindo para que as instituições públicas possam realizar as suas missões.

4.2 Objetivos Específicos

- Possibilitar aos profissionais da Gestão Pública atitudes focadas na contribuição e modernização da gestão pública;
- Oportunizar a formação de profissionais capazes de gerenciar recursos humanos, financeiros, materiais com eficiência dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do compromisso com a sociedade;
- Contribuir para a melhoria do desenvolvimento das políticas e programas públicos e satisfação da sociedade.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO AO CURSO

A forma de acesso ao curso de Gestão Pública da sua primeira turma em 2007 na IES ocorreu por meio de Processo Seletivo Especial, publicado em edital, para seus servidores técnicos administrativos do quadro permanente com o Ensino Médio Completo, com prazos e determinações legais quanto ao turno, vagas, com a realização de uma prova para ingresso em 2007/1º.

A partir de 2008 o curso passou a ser ofertado no Processo Seletivo Anual do IFPA para preenchimento de vagas nos cursos superiores de graduação, com 30 vagas



ofertadas e preenchidas no turno matutino, com a realização de uma prova para ingresso em 2007/1º.

A partir de 2009 a IES adota a política de acesso integralmente ao curso de Tecnologia em Gestão Pública pelo sistema SISU/Sistema de Seleção Unificada foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, com base na nota obtida pelo candidato no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, dentro dos limites de vagas garantido ao curso (30 vagas anuais), sendo requisitos mínimos para acesso ter concluído o ensino médio ou equivalente.

A IES acompanha o cumprimento do programa de cotas para admissão no ensino superior pela Lei nº 12.711/2012 de 29 de agosto de 2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio o IFPA passa a garantir a política de cotas para ingresso ao ensino, e regulamentada pelo o Decreto nº 7.824 de 11 outubro de 2012 que define as condições gerais de reservas de vagas, e pela Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012 que sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino.

Em 2011 foi efetivado uma Política Institucional a partir do Decreto nº 5.776 entre o IFPA e a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para qualificação de seus servidores técnicos administrativos. Firmados através de Termo de Cooperação Técnica entre as IES com a realização de Processo Seletivo Especial para a UFRA e para a UFPA.

A forma de ingresso ao curso de demais ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Pará, far-se-á de acordo com o Regulamento Didático Pedagógico em seu:

Art. 141 A forma de ingresso nos cursos ofertados nas modalidades de ensino presencial e a distância far-se-á de acordo com o Plano de Ingresso Institucional Anual, mediante:

- I) Realização de Processo Seletivo classificatório, por meio de edital, para candidatos egressos do ensino fundamental, médio ou superior;
- II) Realização de Processo Seletivo no âmbito do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTECH).
- III) Transferência de outra instituição pública de ensino;
- IV) Transferência *ex officio*;
- V) Transferência interna no âmbito dos *campi* do IFPA.
- VI) Termo de Convênio, Intercâmbio ou Acordo Cultural, seguindo os critérios de Processo Seletivo classificatório, definidos no instrumento da parceria;
- VII) Portador de diploma de ensino superior
- VIII) Ingresso nos cursos pela avaliação diagnóstica de saberes já constituídos.



§1º As formas de ingresso previstas nos incisos I e II obedecerão à Lei nº 12.711/2012, que estabelece reserva de vagas a estudantes de escola pública, e demais legislações pertinentes.

§2º Quando se tratar de curso voltados para a Educação do Campo, das Águas e da Floresta, a forma de ingresso será, prioritariamente, por meio do inciso I.

§3º Quando se tratar de ingresso por convênio, intercâmbio ou acordo cultural, o instrumento de parceria deverá prever o tempo máximo para integralização do curso que será igual ao tempo mínimo mais 50% (cinquenta por cento) deste.

Adicionalmente ao ingresso pelo SISU/ENEM, a instituição também promove a inclusão e o acesso por meio da ocupação de vagas ociosas, oriundas de acadêmicos desistentes, definidas conforme art. 172 do Regulamento Didático Pedagógico, art. 46, Incisos I ao III, art. 47, incisos I ao VII, seção V, art. 162, art. 163, parágrafo único, art. 164, incisos I o IV, art. 165, incisos I ao XVI, art. 166. Art. 167, art. 168, art 169, parágrafo 1º e 2º.

O curso está disposto em 05 semestres, com um tempo mínimo de 2,5 anos e máximo de 4 anos para integralização.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Projeto Pedagógico do Curso apresenta na construção do perfil profissional do egresso o que estabelece o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia (2016):

Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública. Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética Profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

São norteados as competências e habilidades definidas a sua formação os componentes designados nas Diretrizes Curriculares Nacionais conforme Portaria do Inep nº 231 de junho de 2015 em seu art. 5º:

- I. capacidade para apoiar a análise do cenário social, político, econômico, cultural e legal e sua relação com a gestão pública, sem perder de vista a defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;



- II. compreensão sistêmica do meio social, político, econômico, cultural e legal em que está inserido e capacidade de tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre o Estado, nos seus diferentes níveis de atuação, e a sociedade;
- III. entendimento da complexa dimensão de suas atribuições perante o Estado e a sociedade, tornando-se eficiente e ético no exercício de suas funções, no gerenciamento das relações sociais e dos recursos humanos, administrativos e de serviços nas organizações públicas;
- IV. aptidão para atuar no desenvolvimento pleno e inovador do planejamento, controle e avaliação da administração pública, mobilizando recursos para atender as demandas da sociedade, por meio da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas;
- V. capacidade de comunicação, negociação e integração com os diferentes atores da sociedade, objetivando a coerência com os ideais republicanos

Em consonância com as bases legais e institucionais, ao curso estabelece na mesma Portaria em seu art. 6º as competências e habilidades que deve garantir o desenvolvimento inovador das atividades profissionais do curso:

- I. realizar de forma efetiva comunicação e expressão oral e escrita;
- II. utilizar de forma lógica e coerente os conceitos referentes aos fundamentos teóricos da Administração e dos demais conhecimentos inerentes ao desenvolvimento dos processos gerenciais e de tomada de decisão;
- III. aplicar conhecimentos e habilidades no uso de instrumentos para a coleta e análise de dados;
- IV. utilizar o instrumental técnico-administrativo, orçamentário, financeiro e contábil na execução de suas atribuições;
- V. compreender o caráter social das questões político-econômicas sem perder de vista a sustentabilidade das ações;
- VI. analisar, elaborar, implementar e avaliar políticas públicas por meio de planos, programas e projetos;



- VII. promover o exercício da cidadania por meio da compreensão do significado de controle social em consonância com as demandas da sociedade;
- VIII. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IX. conhecer os instrumentos normativos e regulatórios da atuação do gestor público, sua aplicação e consequências nas várias esferas da Gestão Pública;
- X. utilizar processos de comunicação e negociação intra/interinstitucional e social de forma assertiva, efetiva e legítima.

Ao término do curso o tecnólogo em Gestão Pública o egresso será um profissional com competências e conhecimentos para desenvolver e aplicar conceitos e ferramentas de gestão em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal.

Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, é capaz de planejar, implantar, executar e avaliar programas e projetos em políticas públicas, Recursos Humanos, Finanças, Orçamento, Tributos, Legislação, Marketing e Logística em instituições públicas.

7 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL INTINERÁRIO FORMATIVO

Atendendo as recomendações e requisitos legais do CNE, das DCNs e do Catalogo Nacional dos Cursos de Tecnologia, a estrutura curricular do curso de Tecnologia em Gestão Pública respeita e cumpre os princípios metodológicos articulados pela instituição, no sentido de contribuir para melhorar e qualificar o processo ensino-aprendizagem.

Encontra-se organizado em torno de um eixo básico, um eixo profissional, e um de complementação curricular. O básico, denominado Bases Científicas e Instrumentais, e quatro profissionalizantes, quais sejam: Organizações e Gestão de Pessoas; Legislação aplicada a Administração Pública; Administração Financeira do Setor Público; e Planejamento Estratégico e Projetos Governamentais. O de



complementação curricular: Trabalho de Conclusão de Curso, Práticas Profissionais, Estágio Supervisionado e Atividades Complementares.

O curso é ofertado anualmente, com disciplinas oferecidas semestralmente em 5 semestres, totalizando dois anos e meio de curso, com um tempo de integralização de até 4 anos. Os blocos são detalhados a seguir.

7.1 Bases Científicas e Instrumentais

Constituído de conhecimentos básicos que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades que caracterizam o profissional da área de gestão pública e condições para a realização estudos subseqüentes ou ampliação dos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso:

- I. Capacidade de expressar-se no próprio idioma na forma oral e escrita com clareza e objetividade;
- II. Utilizar instrumento de informática para uso nas organizações;
- III. Estabelecer relações e conexões nos contextos macro e micro econômico;
- IV. Ser capaz de valorizar a busca do conhecimento e a prática na vida pessoal e profissional.

7.2 Organizações e Gestão de Pessoas

Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas com a gestão de organizações e dos recursos humanos no setor público, com a aplicação das teorias da organização e da legislação específica. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- I. Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- II. Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;
- III. Assessorar o desenvolvimento de campanhas de marketing na esfera pública;
- IV. Coordenar o uso de ferramentas de tecnologia da informação no setor público;
- V. Propor ações inovadoras e empreender no setor público;



- VI. Utilizar as Teorias Administrativas para a tomada de decisões;
- VII. Planejar a organização, a operação, o controle e a avaliação dos processos de gerenciamento das pessoas, dos recursos, da logística e dos sistemas de informação, no âmbito da gestão pública.

7.3 Legislação aplicada a Administração Pública

Constituído de conhecimentos profissionalizantes relacionadas com direito e legislação com o objetivo de capacitar o aluno, de forma a habilitá-los com as ferramentas necessárias a formulação de políticas públicas e gerenciamento eficaz dos programas governamentais de acordo com a legislação vigente no país. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- I. Aplicar os princípios da Legislação Administrativa na gestão pública; e
- II. Utilizar os conceitos éticos e legais pertinentes à esfera pública.

7.4 Administração Financeira do Setor Público

Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas com a gestão financeira no setor público, com a utilização de conhecimentos de economia, legislação específica, e técnicas de gestão de custos e elaboração de instrumentos orçamentários. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:

- I. Avaliar os aspectos econômicos e os impactos das finanças públicas sobre a sociedade e sobre os órgãos;
- II. Utilizar ferramentas contábeis para aplicar na administração pública;
- III. Conhecer as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;

7.5 Planejamento Estratégico e Projetos Governamentais

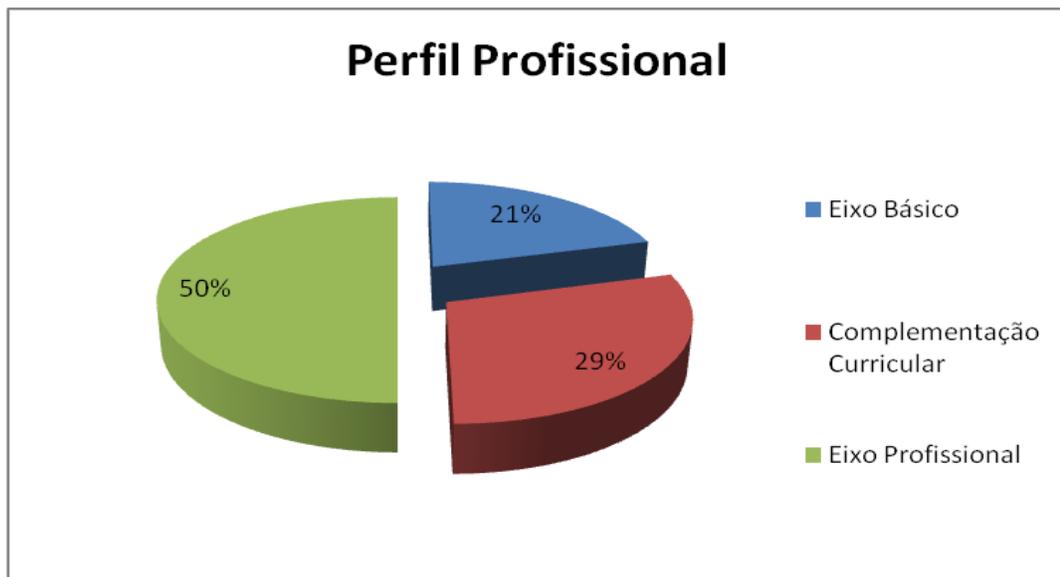
Constituído de conhecimentos profissionalizantes que darão suporte para o desenvolvimento das competências e habilidades relacionadas à condução do processo de planejamento e elaboração de projetos no setor público. As competências a serem adquiridas neste bloco são as seguintes:



- I. Articular políticas públicas e sociais brasileiras;
- II. Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
- III. Desenvolver e implementar projetos de interesse social no setor público;
- IV. Propor ações inovadoras e empreender no setor público;

A carga horária do curso totaliza 2.472 h/a distribuídas, distribuídas em 37 disciplinas, sendo 32 disciplinas obrigatórias e 02 disciplinas optativas, 360 h/a de estágio, 40 h/a de Práticas Profissionais, 120 h/a correspondem ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Adicionam-se ainda 160 h/a de Atividades Complementares.

Figura 2- Distribuição de Carga Horária por Eixo%



Fonte: NDE

8 MATRIZ CURRICULAR

As 37 disciplinas do curso são apresentadas, disposto por semestre letivo, juntamente com a carga horária total de disciplinas de cada semestre.



Quadro 1 - Matriz curricular do CST em Gestão Pública do IFPA-Campus BELÉM organizada por semestre

	1º SEMESTRE	Carga Hora Aula (50min)	Carga Hora Relógio (60min)	Carga Hora- Aula Semanal
Componentes	Comunicação e Expressão	60	50	3
	Estatística Básica	60	50	3
	Informática Básica	60	50	3
	Direito Constitucional	80	67	4
	Economia Básica	40	33	2
	Administração Básica	80	67	4
	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE	380	317	19
	2º SEMESTRE	Carga Hora Aula (50min)	Carga Hora Relógio (60min)	Carga Hora- Aula Semanal
Componentes	Contabilidade Básica	60	50	3
	Metodologia Científica	60	50	3
	Marketing Público	40	33	2
	Direito Administrativo	80	67	4
	Direito Tributário	40	33	2
	Matemática Financeira	40	33	2
	Ciência Política	60	50	3
	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE	380	316	19
	3º SEMESTRE	Carga Hora Aula (50min)	Carga Hora Relógio (60min)	Carga Hora- Aula Semanal
Componentes	Licitações e Contratos na Administração Pública	60	50	3
	Organização, Sistemas e Métodos	40	33	2
	Políticas Públicas	80	67	4
	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	40	33	2
	Orçamento Público	60	50	3
	Economia do Setor Público	40	33	2
	Planejamento Estratégico	80	67	4



	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE	400	333	20
	4º SEMESTRE	Carga Hora Aula (50min)	Carga Hora Relógio (60min)	Carga Hora-Aula Semanal
Componentes	Logística no Setor Público	40	33	2
	Regime Jurídico do Agente Público	60	50	3
	Contabilidade Pública	60	50	3
	Gestão de Custos	60	50	3
	Gestão de Pessoas	60	50	3
	Optativa I	40	33	2
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	50	3
	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE	380	316	19
	5º SEMESTRE	Carga Hora Aula (50min)	Carga Hora Relógio (60min)	Carga Hora-Aula Semanal
Componentes	Controle Interno e Auditoria na Administração Pública	60	50	3
	Sistemas de Informação	40	33	2
	Ética na Administração Pública	40	33	2
	Elaboração e Análise de Projetos	60	50	3
	Empreendedorismo no Setor Público	40	33	2
	Optativa II	40	33	2
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60	50	3
	CARGA HORÁRIA DO SEMESTRE	340	282	17
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	192	160	
	PRÁTICAS PROFISSIONAIS	40	33	
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	360	300	
	CARGA HORÁRIA MÍNIMA DO CURSO*	1.992	1.657	
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	2.472	2.057	

*A carga horária mínima do curso não computa CH de TCC e Estágio



Disciplinas Optativas	Hora Aula (50min)	Hora Relógio (60 min)	Aulas na semana
Prestação de Contas no Setor Público	40	33	2
Políticas e Tecnologias Educacionais	40	33	2
Política e Legislação Urbana	40	33	2
Engenharia Econômica	40	33	2
Gestão Pública e Sustentabilidade	40	33	2
Planejamento em Saúde Pública	40	33	2
Libras	40	33	2

Quadro 2 – Matriz de Disciplinas Pré-Requisito

1º SEMESTRE	Disciplina pré-requisito
Comunicação e Expressão	-
Estatística Básica	-
Informática Básica	-
Direito Constituição	-
Economia Básica	-
Administração Básica	-
2º SEMESTRE	Disciplina pré-requisito
Contabilidade Básica	-
Metodologia Científica	-
Marketing Público	-
Direito Administrativo	Direito Constituição
Direito Tributário	-
Matemática Financeira	-
Ciência Política	-
3º SEMESTRE	Disciplina pré-requisito
Licitações e Contratos na Administração Pública	Direito Administrativo
Organização, Sistemas e Métodos	
Políticas Públicas	Ciência Política
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	
Orçamento Público	Contabilidade Básica
Economia do Setor Público	Economia Básica
Planejamento Estratégico	Administração Básica
4º SEMESTRE	Disciplina pré-requisito



MEC – SETEC / SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Logística no Setor Público	-
Regime Jurídico do Agente Público	Direito Administrativo
Contabilidade Pública	Orçamento Público
Gestão de Custos	-
Gestão de Pessoas	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	-
Optativa I	-
5º SEMESTRE	Disciplina pré-requisito
Controle Interno e Auditoria na Administração Pública	-
Sistemas de Informação	-
Ética na Administração Pública	-
Empreendedorismo no Setor Público	-
Elaboração e Análise de Projetos	-
Estágio Supervisionado	-
Atividades Complementares	-
Prática Profissional	-
Trabalho de Conclusão de Curso II	-
Optativa II	-



9 DESCRIÇÃO DE CADA DISCIPLINA

1º SEMESTRE

1. COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Leitura e construção de Sentido, Produção de textos, Atualização Gramatical, Redação Técnica. Literatura e Histórias Brasileiras, Cultura e Linguagem Africana e Indígena.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AQUINO, Renato. Interpretação de Textos. 13ª.ed. Niterói, Rio de Janeiro, Impetus, 2011. FIORINI, José Luiz. Para entender o texto: leitura e redação, 17ª ed., São Paulo, Ática, 2007. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 7ª.edição São Paulo: Atlas, 2008. VANOYE, Francis. Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 13ª. Ed, São Paulo. Martins Fontes, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CUNHA, Celso, Luís F. Lindley Cintra. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 5ª. Ed, Rio de Janeiro, Lexikon, 2008 NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática para uso do português, São Paulo, UNESP, 2000.	

2. ESTATÍSTICA BÁSICA	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Estatística descritiva, Pesquisas e amostragem, Modelos estatísticos, Preparação de dados para análises estatísticas, Medidas estatísticas, Probabilidades, Distribuição de probabilidades, Variáveis aleatórias, Estimação e intervalo de confiança, Pesquisa e amostragem, Medidas estatísticas, Tese e hipóteses	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: LEVIN, Jack. Estatística para ciências humanas, São Paulo, Prentice Hall, 2004. LEVINE. David M. Estatística – Teoria e Aplicações usando o Microsoft Excel em Português, 5ª. Ed., Rio de Janeiro, LTC, 2008. MAGNUSSON, William E. Estatística sem Matemática: a ligação entre as questões e as análises. Londrina, Planta, 2005. MOORE, David. A Estatística Básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CRESPO, Antonio Arnot. Estatística Fácil. São Paulo: Saraiva, 2002. MORETTIN, P. A. Estatística básica. São Paulo: Saraiva, 2004	



MUCELIN, Carlos Alberto. Estatística. Curitiba, Livro Técnico, 2010.
NEUFELD, John. Estatística aplicada a Administração usando Excel. São Paulo: Prentice Hall, 2003

3. INFORMÁTICA BÁSICA

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Operação do Sistema Operacional, Interface gráfica, Comandos básicos, Gerenciamento de Arquivos, Painel de Controle, Ambiente gráfico, Instalação de programas, Execução de programas e aplicativos, Processadores de Texto – principais comandos de edição, Planilha eletrônica – principais comandos, Apresentação de conteúdos – principais comandos, Redes e Internet

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LSEN, Diogo Roberto. Sistemas Operacionais. Curitiba, Livro Técnico, 2010.
SANTOS. Aldemar de Araujo. Informática nas Empresas. 5ª. Ed., São Paulo, Atlas, 2009.
SILBERTSCHATZ, Abraham. Fundamentos de Sistemas Operacionais. 8ª. Ed. , Rio de Janeiro, LTC,2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KUROSE. James F. E, Redes de Computadores e a Internet, 5ª. Ed, São Paulo, Pearson, 2010.
MEIRELLES, Fernando de Souza. Informática: novas aplicações com microcomputadores, 2ª.ed, São Paulo, Pearson. 1994.
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos, 7ª. Ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

4. DIREITO CONSTITUCIONAL

CHR: 67

CHA: 80

EMENTA:

Fontes do Direito, Normas Jurídicas e Normas Morais, Poder Constituinte, Princípios Fundamentais, A defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Direitos e garantias individuais e coletivos. Direitos sociais, Organização Dos Poderes, Processo Legislativo, Funções Essenciais à Administração da Justiça, Meio Ambiente Na Constituição Federal. Cidadania e meio ambiente. Direitos Humanos, Direitos Humanos, Plano Nacional da Educação de Direitos Humanos/2006, Direito da família e o idoso. Lei nº 11.645/2008 direitos do povo indígena.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Noções essenciais de direito, 3ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2005.
Constituição da república federativa do Brasil. 1988 – atualizada, Saraiva, 2008.
DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 20ª. ed., São Paulo, Saraiva, 2009.



JR. Arlindo Philippi. PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação Ambiental e Sustentabilidade. São Paulo, Manole, 2005.

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 9ª ed. Editora Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de Gestão Ambiental. Curitiba, Juruá, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvania Zanella. Administração Pública. São Paulo, Malheiros, 2000.

MARTINS, Nelson Palaia. Noções essenciais de direito. São Paulo: Saraiva, 2005

PRATA, Ana. Dicionário Jurídico, 4ª. Ed., Coimbra, Almedina, 2005.

5. ECONOMIA BÁSICA

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

A Ciência Econômica, O Sistema Econômico, Teorias Básicas de Microeconomia, Estrutura de Mercado, Formação de Preços, Teorias Macroeconômicas, Contabilidade Nacional: renda, consumo e investimento, taxa de câmbio, o balanço de pagamentos, estoque monetário e taxa de juros, Política monetária e Fiscal, Organização do Setor Público e Política Econômica, Modelo de crescimento econômico, Análise de conjuntura, Economia dos recursos naturais: Sustentabilidade. Recursos renováveis e não-renováveis

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.

STIGLITZ. Introdução à Macroeconomia. 3ª.ed, Rio de Janeiro, Campus, 2003.

VASCONCELOS. Marco Antonio Sandoval. GARCIA. Manoel. Fundamentos de Economia, 4ª. Ed. São Paulo, Saraiva, 2008.

_____. Marco Antonio Sandoval, Manual de Introdução a Economia, São Paulo, Saraiva, 2011, São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GREMAUD. Amaury Patricky. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2007.

HUBRMAN, Leo. História da Riqueza das Nações. 22ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

LARRAIN, Sachs. Macroeconomia: em uma economia Global, São Paulo, Pearson Makron Books, 2000.

6. ADMINISTRAÇÃO BÁSICA

CHR: 67

CHA: 80

EMENTA:

Apresentação e estudo das organizações, Escolas e Teorias da Administração, Estudos das etapas do processo administrativo, Estudos das unidades funcionais das organizações, Evolução e características da administração pública no Brasil, As singularidades brasileiras, Novos cenários e novos desafios, As tendências internacionais de mudança da Gestão Pública. Estudo de caso.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KANAANE, Roberto, Gestão Pública - planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas , Atlas, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores: A gestão de negócios ao alcance de todos. 2ª. Ed, São Paulo, Manole, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo, Atlas, 2010.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 6 ed, São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2005.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes. Por uma nova Gestão Pública. São Paulo, Rio de Janeiro, 2005.

2º SEMESTRE

7. CONTABILIDADE BÁSICA

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Ciência da Contabilidade, Objetivos da Ciência Contábil, Técnicas Contábeis, Patrimônio, Princípios Fundamentais da Contabilidade, Estudo das Receitas, Custos e Despesas, Fatos Contábeis, Contas e Plano de Contas, Origens e Aplicações de Recursos, Operações com Mercadorias, Demonstrações Contábeis

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVILA, Carlos Alberto de. Contabilidade Básica. Curitiba, Livro Técnico, 2010.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Contabilidade Introdutória. 10ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Ricardo J. Contabilidade Básica. Rio de Janeiro, Ferreira, 2007.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 16ª. Ed., São Paulo, Atlas, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA, Ricardo. Contabilidade Básica, 3ª. ed, Rio de Janeiro, Ed. Ferreira, 2007.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública, 2ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2006.



8. METODOLOGIA CIENTÍFICA	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Conceitos básicos do processo de realização do Projeto de Pesquisa, Concepção, planejamento e desenvolvimento de Projetos Científicos, Diferenciação entre: Projeto Educacional, de Ensino, de Pesquisa e Extensão, Pesquisa de Campo, Relatório de Pesquisa, Leitura e Revisão de trabalhos Monográficos, Elaboração do Trabalho Acadêmico, Normas para apresentação do Trabalho Acadêmico de Conclusão, Legislações da ABNT.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRANÇA, Junia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normatização de publicações técnicos-científicas. 8ª ed., Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2009.. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª, ed, São Paulo, Atlas, 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3ª. Ed, São Paulo, Atals. 2010. _____, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2009	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANDRADE, M. M. Introdução à Metodologia do Trabalho Científico.8ª. ed., São Paulo: Atlas, 2007. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos. Pesquisa bibliográfica, projeto e relatório. Publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. Editora Atlas, 2001. _____, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2009 Manual de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos do IFPA 2015-2020.	

9. MARKETING PÚBLICO	CHR: 33 CHA: 40
EMENTA: Conceito de Marketing, ambiente , Composto de Marketing, Conceito de Marketing Público, Comportamento do consumidor-cliente. Planejamento de Marketing aplicado à Gestão Pública, Endomarketing, Oportunidades e estratégias do setor public. Estudo de casos.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KOTLER, Philip. Marketing no setor público. Porto Alegre, Bookman. 2008. _____.Philip e ARMSTRONG, Gary. Princípios de Marketing, 12ª. ed. ,São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. SAMARA, Beatriz Santos. Pesquisa de marketing: Conceitos e Metodologia, 4ª. Ed, São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMBROSIO, Vicente, Plano de Marketing: passo a passo ,Rio de Janeiro,	



Reichmann & Afonso, 2002.
PORTER, Michael. Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de Marketing, 3ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2001.

10. DIREITO ADMINISTRATIVO

CHR: 67
CHA: 80

EMENTA:

Administração Pública e seus Princípios, Os atos administrativos, Serviços públicos, Servidores públicos, O domínio público, A intervenção na propriedade e no domínio público. A responsabilidade civil da administração pública

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 21ª ed, São Paulo, Atlas, 2008.

_____, Maria Sylvia Zanella, Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privado e outras formas, 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos administrativos. 12ª.ED, são Paulo. Dialética, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 34 ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 Comentada.

FERNANDES, Jorge Ulisses. Vade-mecum. De licitações e contratos, 3ª. Ed, Belo Horizonte, 2008.

Regime Jurídico do Servidor Público, Lei 8.112.Saraiva, 2008.

11. DIREITO TRIBUTÁRIO

CHR: 33
CHA: 40

EMENTA:

Introdução ao Direito Tributário, Fontes do Direito Tributário, Obrigação tributária, Fato gerador e sujeito ativo e passivo, Crédito Tributário, Elisão e evasão fiscal, Incidência, não incidência, imunidade e isenção, Tributos federais, estaduais e municipais, Contribuições especiais e parafiscais, Administração pública, Processo administrativo tributário, Processo judicial tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2008.

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 3ª ed. Editora Atlas, 2007.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro, Forense, 2013..

_____, Flavio .Lei de Reponsabilidade Fiscal.5ª. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

MARTINS, Sergio Pinto. Manual de Direito Tributário, São Paulo, Atlas, 2009.

GIAMBIAGI, Fabio, Finanças Públicas: teoria e prática. 4ª.rev, Rio de Janeiro,



Elsevier, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no governo federal: guias para reformulação do ensino e implantação da lógica da SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. 2ª ed. Editora Atlas, 2008.

Constituição da Republica Federativa do Brasil, 41 ED. São Paulo, Saraiva, 2008.

OKOHAMA, Helio. Contabilidade Pública. teoria e prática. 10ª ed. Editora Atlas, 2009.

12. MATEMÁTICA FINANCEIRA

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Porcentagem, Juros Simples, Juros Compostos, Desconto, Sistemas de Amortização, Capitalização Simples e Composta, Séries de pagamento, Montante e valor presente de termos constantes, Equivalência de alternativas de recebimento e pagamento, Técnicas de avaliação, Aspectos adicionais, Amortização de empréstimos, Correção monetária

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. 1ª ed. Editora Atlas, 2008

_____, A. L.FAMÁ, Rubens. Matemática Financeira. Com HP 12C e Excel. 5ª,ED, São Paulo, Atlas, 2008.

BUIAR. Celso Luiz, Matemática Financeira. Curitiba, Livro Técnico, 2010.

CRESPO, Antonio Arnot. Matemática Comercial e Financeira. 13 ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALLIARI, Luiz Roberto. Matemática Aplicada na educação profissional, Curitiba, Base Editorial, 2010.

PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira: objetiva e aplicada. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2004

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3ª ed. Editora Atlas, 2005.

13. CIÊNCIA POLÍTICA

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Conceito de Ciência Política, Ciência Política e Teoria do Estado, Evolução histórica do Pensamento Político, Pensamento Político Contemporâneo, Origem e Evolução do Estado, Estado Moderno, Estado Contemporâneo, Função Social do Estado Contemporâneo, Elementos do Estado, Formas de Estado e de Governo, Regimes Políticos, Investidura dos Governantes, Partidos Políticos, Formação do Estado Brasileiro, Sociedade Civil, democracia na educação, violência urbana e rural, cidadania, direitos humanos .Formação e cultura do povo indígena no Brasil.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALEM, Ana Claudia, GIAMBIAGI, Fabio. Finanças Públicas, Teoria de Práticas no Brasil, 2ª. Ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo, Malheiros, 2012..
HUBERMAN, Leo. Historia da Riqueza do Homem. 22ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUNT, E.K. Sherman. História do Pensamento Econômico. 22ª., Rio de Janeiro, Vozes, 2005.
AVELAR, Lucia & CINTRA, Antonio Octavio. Sistema Político Brasileiro: uma introdução, São PAULO, Unesp, 2007.
CHATELET, François. História das Ideias Políticas. Rio de Janeiro, Zahar, 2010.

3º SEMESTRE

14. LICITAÇÕES E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHR: 50 CRA: 60
--	----------------------------------

EMENTA:

Conceito da Licitação e do Contrato Administrativo, Procedimentos da Licitação Comissão, espécies, competências e responsabilidades, Modalidades de Licitação, suas características e funcionamento, Impugnações, recursos e mandado de segurança, Dispensa e inexigibilidade de Edital, Contratos Administrativos: O Contrato. O Gerenciamento. O Diagnóstico Situacional de Contratações, Pregão e Sistema de Registro de Preços, Lei de Concessões. Lei de Parceria Público-Privada

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
_____, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas. 2008.
JUSTEN FILHO, M. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEIRELLES, Hely Lopes. Licitações e Contrato Administrativo. 14ª. ed., São Paulo, Malheiros, 2007.
Equipe de Autores, Licitações e Contratos na Administração Pública, São Paulo, Atlas, 2008.
Constituição da república federativa do Brasil. 1988 – atualizada, Saraiva, 2008.

15. ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	CHR: 33 CRA: 40
--	----------------------------------

EMENTA:

Introdução ao Estudo de Organização, Sistemas e Métodos, Fundamentos de



Organização, Gráficos de Organização e Controle, Departamentalização, Estruturas Organizacionais, Análise Funcional/Estrutural, Arranjo Físico (Layout) , Técnicas de Levantamento. Análise e Distribuição do Trabalho (atribuições)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda .Manual de Organização, Sistema e Método. Abordagem teórica e prática, São Paulo, Atlas, 2000.
CURY, Antonio. Organização e Métodos. São Paulo, Atlas 2007.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. Editora Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KANAANE, Roberto, Gestão Pública - planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas , Atlas, 2010.
FARIA, A . N. de. Organização e métodos. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
TORBAN, Efraim. Tecnologia da Informação para gestão em busca do melhor desempenho estratégico e operacional, Booking, 2013.

16. POLÍTICAS PÚBLICAS

CHR: 67
CHA: 80

EMENTA:

Conceito de Estado de Governo, Estrutura de poder e Políticas Públicas, Conceitos e metodologia de análise política pública, Política, programa, planos e projetos, Análise de Política Setorial: Habitação, Saúde, Segurança, Assistência Social, e Ambiental., Lei 10.639: o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana. Lei 11.645/2008 História e cultura indígena. Legislação e Órgão de controle e Proteção ao povo indígena: FUNAI. Gestão ambiental: Unidades de conservação, Zoneamento Econômico Ecológico-ZEE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças Públicas: teorias e práticas no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011.
GRUBER, Finanças Públicas e Políticas Públicas, São Paulo, LTC, 2009.
REZENDE, Fernando. Finanças Públicas – 2ª edição – São Paulo; Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo, Malheiros, 2012..
HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. 22ª ed. Rio de Janeiro, LTC, 2010

17. ADMINISTRAÇÃO REC. MATERIAIS E PATRIMONIAIS

CHR: 33
CHA: 40

EMENTA:

Cadeia de suprimento para as soluções dos problemas relativos aos estoques, compras e armazenamento de materiais, Contabilização de Almoxarifado e



Patrimônio, Legislação, Bens e Inventário, Movimento e Controle, Sistema de Gestão Patrimonial no Setor Público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VIANA, João José, Administração de Materiais. Um enfoque prático. São Paulo, Atlas, 2009.

ARNOLD, Tony. Administração de Materiais, São Paulo, Atlas, 2008.

DIAS, Marco Aurelio P. Administração de Materiais. Princípios, conceitos e gestão, 5ª ed, São Paulo, Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, Idaberto. Administração nos novos tempos. 2ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 2005.

KWASNICKA, Eunice Lacava. Introdução à administração. São Paulo: Atlas, 2006.

18. ORÇAMENTO PÚBLICO

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Evolução conceitual do Orçamento Governamental, Princípios orçamentários, Natureza jurídica do orçamento, Sistema Tributário Nacional – princípios constitucionais da tributação, competências, impostos da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios e repartição das Receitas Tributárias, Orçamento na Constituição Brasileira, Organização do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Responsabilidade fiscal: Conceitos, Limites e Condições, Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, Disciplinamento da Despesa, Normas gerais sobre Administração Financeira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAUJO, Inaldo da Paixão Santos. Contabilidade Pública: da teoria à prática. São Paulo: Saraiva, 2007.

ARRUDA, Daniel, ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública. São Paulo: Saraiva, 2007.

CRUZ, Flavio. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. São Paulo, Atlas, 2006.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GIAMBIAGI, Fabio, Finanças Públicas: teoria e prática. 4ª.rev, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública, 2ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2006.

19. ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Evolução e funções do Setor Público, Bens públicos versus Bens privados, Estudo das Finanças Públicas, Financiamento dos gastos públicos: O déficit e a dívida



pública, Política fiscal, Federalismo fiscal, Custo de financiamento de bens públicos, Fontes de arrecadação, Poder fiscal, Planejamento regional: estudos e análises de realidade socioeconômica, Reforma do Estado: Plano Diretor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM A. Claudia. Finanças Públicas: teorias e práticas no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011.
REZENDE, Fernando. Finanças Públicas – 2ª edição – São Paulo; Atlas, 2001.
RIANI, Flávio. Economia do setor público : Uma abordagem introdutória. 4.ed. São Paulo: LTC, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GREMAUD. Amaury Patricky. Economia Brasileira Contemporânea. 7ª. Ed, São Paulo, Atlas, 2007.
VASCONCELOS. Marco Antonio Sandoval. GARCIA. Manoel. Fundamentos de Economia, 4ª. Ed. São Paulo, Saraiva, 2008.
ROSSETI, José Paschoal. Introdução à Economia. São Paulo: Atlas, 2007.

20. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

CHR: 67
CHA: 80

EMENTA:

Estratégia, conceitos, e características sobre o desenvolvimento de estratégias e sua classificação, os processos de administração estratégica, e conceitos de análise competitiva aplicada ao planejamento estratégico. Análise de cenários público. Ambiente de negócios. Raciocínio estratégico em tempos de mudança. Plano de Negócios. Competitividade e instituição burocrática. O negócio, oportunidades/ameaçadas, Gestão, organização e aprendizagem, Competências e estratégias .Estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. Administração para não administradores: A gestão de negócios ao alcance de todos. 2ª. Ed, São Paulo, Manole, 2011.
MINTZBERG, H., QUINN, J. B. O Processo da Estratégia. Conceitos, contextos e casos. Porto Alegre: Bookman, 2006.
WRIGHT, Peter. Administração Estratégica. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTGOMERY, C., PORTER, M. Estratégia: a busca da vantagem competitiva. Rio de Janeiro: Campus, 1998
MATIAS-PEREIRA, José. Governança no Setor Público. São Paulo, Atlas, 2010.

4º SEMESTRE

21. LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO

CHR: 33
CHA: 40

EMENTA:



Conceitos e Evolução de Logística na Administração Pública. Semelhanças e Diferenças da Logística na Empresa Privada. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, transportes, estoques, compras e fornecedores. Estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOWERSOX, D. J.; COOPER, M. B.; CLOSS, D. J. Gestão logística de cadeias de suprimentos. Porto Alegre: Bookman Companhia Ed, 2006.

_____, Donald. Logística Empresarial. O processo de integração da cadeia de suprimento., São Paulo, Atlas, 2008.

PIRES, Silvio R. I. Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHING, Hong Yuh. Gestão de Estoque na cadeia logística integrada. Paulo, Atlas, 2007

TAYLOR, David A. Logística na cadeia de suprimentos: uma perspectiva gerencial. São Paulo: Pearson Addison-Wesley, 2005.

22. REGIME JURÍDICO DO AGENTE PÚBLICO

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Noções básicas previdência social, previdência e assistência, o servidor público na constituição federal, estudo do regime estatutário (lei 8.112): cargo público, provimento, vacância, exoneração, a posse e o exercício, investidura em cargo público, da remoção, redistribuição e substituição, jornada de trabalho, estabilidade estágio probatório, direitos e vantagens, gratificações e adicionais, adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas, estudo do regime estatutário (lei 8.112) e emprego público (clt),

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Lei N° 8.112 de 11/12/90 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais, São Paulo, Saraiva, 2008.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de direito tributário. 8ª ed. Editora Atlas, 2013.

SARAIVA. Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). São Paulo: Saraiva. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JUNIOR, Hermano Queiroz. Os direitos fundamentais dos trabalhadores na Constituição de 1988, Rio de Janeiro, LTC, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo, Atlas, 2008.

23. CONTABILIDADE PÚBLICA

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Execução orçamentária: Programação dos desembolsos, Estágios da despesa, Créditos adicionais, Restos a pagar, Gasto Público – execução da despesa, Financiamento dos Gastos Públicos – receita Pública, conceito e classificação,



estágio da receita, receitas orçamentárias, Crédito – interno e externo, Sistema Tributário Nacional – princípios constitucionais da tributação, competências, impostos da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios e repartição das Receitas Tributárias, Conceituações: Orçamento Público – histórico e tipos, orçamento x planejamento, princípios orçamentários, Orçamento na Constituição Brasileira, Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, Orçamentos anuais, Processo orçamentário: elaboração execução, controle e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na gestão municipal. São Paulo, Atlas, 2013.

CASTRO, Domingos Poubel de e GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. São Paulo: Atlas, 2004.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Pública. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

BRASIL – Lei Complementar n.º 101 de 05 de maio de 2000.

BRASIL LEI N.º 4.320 de 17/03/64 Comentada.. São Paulo, Atlas, 2008.

CRUZ, Flavio. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada. São Paulo, Atlas, 2006.

LIMA, Diana Vaz de, CASTRO, Róbison Gonçalves de. Contabilidade Pública. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

24. GESTÃO DE CUSTOS

CHR: 50

CHA: 60

EMENTA:

Estudo dos principais métodos de custeio, com enfoque administrativo, em especial, o Método de Custeio por Absorção e Método de Custeio Variável. Análise da relação custo-volume-lucro como instrumento de tomada de decisão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. Gestão de custos e formação de preços. São Paulo: Atlas, 2012.

DUTRA, Rene Gomes. Custos uma abordagem prática, 5ª. Ed, São Paulo, 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo, Atlas, 2008.

SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na Contabilidade Municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

25. GESTÃO DE PESSOAS

CHR: 50



CHA: 60	
EMENTA: Gestão estratégica de pessoas: a gestão de pessoas das instituições públicas, , Aspectos conceituais: competências organizacionais e individuais. Gestão de pessoas por competência: etapas, Avaliação de desempenho. Planos de capacitação e remuneração	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHIAVENATO, Idalberto. Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, 7ª ed, São Paulo, 2009. 3ª edição, Porto Alegre, Campus, 2008. _____ Idalberto. Recursos Humanos o capital humano das organizações, 4ª.ed, São Paulo, Atlas. SNELL, Scot Administração de Recursos Humanos. São Paulo, Learning, 2010. VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. São Paulo, Atlas, 2000	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Lei nº 8.112/90 de 11/12/90 e alterações. Regime Jurídico Único, São Paulo, Saraiva, 2008. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.	

26. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC I	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Métodos e técnicas de pesquisa, Planejamento, organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico com temas destacados pelo curso, Condução da pesquisa e comunicação dos seus resultados. Orientação da escrita de acordo com as normas de trabalhos acadêmicos do IFPA.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRANÇA, Junia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normatização de publicações técnicos-científicas. 8ª ed., Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2009.. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª, ed, São Paulo, Atlas, 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3ª. Ed, São Paulo, Atals. 2010. _____, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2009	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em ciências da saúde, como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. SP, Roca, 2004. Manual de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos do IFPA 2015-2020.	



5° SEMESTRE

27. CONTROLE INTERNO E AUDITORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Controle na administração pública: controle interno, controle externo e controle social; Introdução à Auditoria Governamental, Tipos de auditoria governamental, planejamento da auditoria , Tomadas e prestação de contas da Administração Público, Plano de Contas da Administração Federal, Variações Patrimoniais, Registros Contábeis .Estudo de caso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na gestão municipal. São Paulo, Atlas, 2013. CASTRO, Domingos Poubel de e GARCIA, Leice Maria. Contabilidade pública no Governo Federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do excel. São Paulo: Atlas, 2004. KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004. SLOMSKI, Valmor. Manual de Contabilidade Pública. Editora: Atlas, 2006.	

28. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	CHR: 33 CHA: 40
EMENTA: A evolução da informação, Conceitos básicos de sistemas de informação, aplicações e impactos, Gerência estratégica da informação (planejamento e alinhamento estratégico de TI's), Sistemas de informação para suporte às funções empresariais, Comércio eletrônico, Segurança e controle dos sistemas de informação, Questões éticas e sociais na empresa digital. Estudo de caso.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BEAL, Adriana. Gestão estratégica da informação. São Paulo: Atlas, 2008. CRUZ, Tadeu. Sistemas de Informações Gerenciais. Tecnologias da informação e a empresa século XXI, 3ª ed, São Paulo, 2011. CASSARRO, A. Carlos. Sistema de Informação , São Paulo, Learning, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AUDY, Jorge Luis Nicolas, Sistema de Informação :Planejamento e Alinhamento estratégico das organizações, Porto Alegre, Bookman, 2003. LAUDON, Kenneth C., LAUDON, Jane P. Sistemas de informação gerenciais:	



administrando a empresa na era digital. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

29. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CHR: 33 CHA: 40
EMENTA: Conceitos e Teorias de ética das virtudes, A ética no Setor Público e Político, As revoluções tecnológicas e a ética do trabalho na Política, Valores na Administração Pública: moralidade e legalidade, Eficiência e responsabilidade, Lei da Transparência, Acesso a Informação, Ouvidoria, Códigos de conduta para o servidor público.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARRUDA, M. C. C. de, Whitaker, M. do C. & Ramos, J. M. R. Fundamentos de ética empresarial e econômica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. SÁ, Antonio Lopes de. Ética Profissional. Atlas, 2009. PRADO, Leandro Cadenas. Servidores Públicos Federais. São Paulo, Impetus, 2008.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella . Administração Pública. São Paulo, Malheiros, 2000. MARTINS, Nelson Palaia . Noções essenciais de direito. São Paulo: Saraiva, 2005	

30. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Conceitos e fases de projeto: plano, programa e atividade, ciclo de vida, análise social, elaboração e acompanhamento dos orçamentos, Fontes de financiamento e captação de recursos, Análise de riscos e viabilidade, Alocação dos recursos governamentais, Modelos de elaboração de projetos, Conceitos e fase de projeto, Elaboração de indicadores e pressupostos, Sistemática de monitoramento e avaliação, Engenharia econômica, Avaliação de resultados de projetos, programas e políticas.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FONSECA, José Wladimir Freitas, Elaboração e Análise de Projetos. A viabilidade econômica-financeira. São Paulo, Atlas, 2012. BUARQUE, Cristovam. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.. CLEMENTE, Ademir. Projetos Empresariais e Públicos, Editora Atlas, 2008. HIRSCHEFELD. Henrique. Engenharia Econômica e Avaliação de Custos. Com matemática financeira. Básica. São Paulo, Atlas, 2012	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALDABÓ, Ricardo. Gerenciamento de projetos procedimentos básicos e etapas essenciais ,São Paulo, Artiber, 2001. BUARQUE, Cristovam. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.	



--

31. EMPREENDEDORISMO NO SETOR PÚBLICO	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Conceitos de Empreendedorismo, Características, Oportunidades, atitudes empreendedoras, Reformas da Administração Pública, O empreendedorismo na Administração Pública, Plano de Negociação, Qualidade, Formação de Preço, Ferramentas Gerenciais nas organizações públicas, O Papel do Estado para fomentar a ação empreendedora, Empreendedorismo Social.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARON, Robert. Empreendedorismo uma visão do processo, São Paulo, Learning, 2011. CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo - dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2008. HASHIMOTO, Lições de empreendedorismo, São Paulo, Manole, 2009.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GAUTHIER, Fernando Alvaro, Empreendedorismo. Curitiba, Livro Técnico, 2010. KOTLER, Philip. Marketing no Setor Público. São Paulo, Bookman, 2008.	

32. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC II	CHR: 50 CHA: 60
EMENTA: Construção da pesquisa com leituras, coleta de dados e desenvolvimento do projeto de pesquisa iniciado no TCC I. Finalização projeto de pesquisa TCC validado pelo professor-orientador. Apresentação em banca examinadora.	

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRANÇA, Junia Lessa. VASCONCELLOS, Ana Cristina de. Manual para normatização de publicações técnicos-científicas. 8ª ed., Belo Horizonte, Edit. UFMG, 2009.. GIL, Antonio Carlos. Como elaborar Projetos de Pesquisa, 5ª, ed, São Paulo, Atlas, 2010. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. 3ª. Ed, São Paulo, Atals. 2010. _____, Eva; Maria Marconi, Marina de A. Metodologia científica. SP, Atlas, 2009
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HADDAD, Nagib. Metodologia de estudos em ciências da saúde, como planejar, analisar e apresentar um trabalho científico. SP, Roca, 2004. Manual de Normalização dos Trabalhos Acadêmicos do IFPA 2015-2020.



DISCIPLINAS OPTATIVAS

01. PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SETOR PÚBLICO	CHR: 33 CHA: 40
EMENTA: Prestação de contas: breve histórico; Ferramentas de accountability na gestão pública; Prestação de Contas de Governo e prestação de Contas de Gestão; Transparência pública no Brasil; Lei brasileira de acesso à informação.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MACHADO, Marcus Vinicius Veras; PETER, Maria da Gloria Arrais. Manual de auditoria governamental. 2ª ed. São Paulo: atlas. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br . Acesso em: 31/03/2016	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GAUTHIER, Fernando Alvaro, Empreendedorismo. Curitiba, Livro Técnico, 2010. KOTLER, Philip. Marketing no Setor Público. São Paulo, Bookman, 2008.	

02. POLÍTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS	CHR: 33 CHA: 40
EMENTA: Histórico das políticas públicas educacionais no Brasil, Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os Parâmetros curriculares nacionais, Desenvolvimento e financiamento da educação, A formação da educação profissionalizante, Políticas públicas atuais em relação à educação, Tecnologias da educação, Novas formas de Gestão Educacional, Pedagógica da Tecnologia, História da Educação do Negro do Império ao Brasil Contemporâneo: Processo de Interdição Educacional do Negro; 8. Principais Legislações da Interdição; Acesso e Permanência de negros na escola; 10. Base Legal das questões etnicorraciais: Lei 10.639/2003, Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana/2009; Educação ambiental. 6. Lei nº 9795/99. Lei 11.645/2008 Formação do povo indígena no Brasil, Cultura Indígena e suas legislações educacionais.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARNEIRO, Moacir, Leitura crítico-compreensivo. 19 ed, Rio de Janeiro, Vozes PABLO, Gentil. Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo na educação. ,Petroópolis, Vozes, 2005. PERREWOND, Philipe. As competências para ensinar no século XX, Porto Alegre,	



Artmed, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

03. POLÍTICA E LEGISLAÇÃO URBANA

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Planejamento urbano. Evolução da legislação urbanística brasileira, Marcos legais de controle de produção e ocupação no Brasil. Planejamento urbano e Legislação Urbana. Estatuto da Cidade e Plano Diretor. Programa e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. Políticas Públicas do apoio ao Planejamento Urbano. Saneamento urbano no Brasil e o papel das políticas municipais de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUARQUE, Sergio C. Planejamento Urbano Regional, São Paulo, IPEA, 2005.
DIVERSOS AUTORES, Território ambiente e políticas públicas espaciais, Editora LGE, 2006
FELDMAN, Sarah; Fernandes, Ana. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: Mutações, tensões, desafios, Editora EDUFBA, 2007.
MUKAI, Toshio. Direito urbano-ambiental brasileiro. São Paulo, Editora FORUM, 2010.
SILVA, José Afonso da. Direito urbanístico brasileiro. 7ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2012
SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado, Editora Edusp, São Paulo, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABELEM, Aurilea Gomes. Urbanização E Remoção. NAEA/UFGA, 1988.
BANFIELD, Edward C., A Crise Urbana. ZAHAR,

04. PLANEJAMENTO EM SAÚDE PÚBLICA

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Evolução do sistema de saúde no Brasil, fatores econômicos, sociais e políticos para a formulação de políticas sociais e de saúde, Planejamento em saúde no Brasil e sua aplicação na organização de serviços e sistemas de saúde, As mudanças do Sistema Previdenciário, Programação de ações e o trabalho em saúde. Gestão e Planejamento aplicados à Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde, Legislação da saúde do trabalhador..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL MINISTERIO DA SAUDE CNS, Subsídios para Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental, Editora Ministério da Saúde, Brasília, 2007.
BRASIL MINISTERIO DA SAUDE, 20 Anos de SUS. Ministério da Saúde, Brasília,



2008.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE BRASIL. A Gestão da Saúde nos Estados. CONASS, 2007.

FILHO, Claudio Bertolli. HISTORIA DA SAUDE PUBLICA NO BRASIL, Editora Atica, São Paulo, 2004.

FINKELMAN, Jacob. Caminhos da Saúde Pública no Brasil. Editora FIOCRUZ, São Paulo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Brasil Ministério da Saúde CNS, Resoluções do Conselho Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, Brasília, 2007.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Economia da saúde: uma perspectiva macroeconômica 2000-2005 , Rio de Janeiro; IBGE; 2008.

SANTOS, Lenir, SUS o Espaço da Gestão Inovada e dos Consensos Interfederativos, Editora Instituto de Direito, São Paulo, 2007.

05. ENGENHARIA ECONOMICA

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

O problema do orçamento de capital, Juros e equivalência de capitais; Estimativa de fluxos de caixa; Projetos independentes e projetos mutuamente excludentes; Análise com base no Valor Presente Líquido; Taxa Interna de Retorno; Outros métodos determinísticos de análise; Problemas de Substituição e Baixa de equipamentos. Racionamento de Capital. Análise sob condições de incerteza e risco. Taxas de Desconto de Projetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FONSECA, José Wladimir Freitas, Elaboração e Análise de Projetos. A viabilidade econômica-financeira. São Paulo, Atlas, 2012.

BUARQUE, Cristovam. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1994..

CLEMENTE, Ademir. Projetos Empresariais e Públicos, Editora Atlas, 2008.

HIRSCHEFELD. Henrique. Engenharia Econômica e Avaliação de Custos. Com matemática financeira. Básica. São Paulo, Atlas, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALDABÓ, Ricardo. Gerenciamento de projetos procedimentos básicos e etapas essenciais ,São Paulo, Artiber, 2001.

BUARQUE, Cristovam. Avaliação Econômica de Projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

06. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Noções básicas de LIBRAS, Características gerais da LIBRAS, Léxico de categorias semânticas, Técnicas de tradução em LIBRAS/Português, Técnicas de tradução em Português/LIBRAS, Vocabulário específico da área de Letras relacionados ao



ensino de língua e de literatura da Língua Portuguesa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRANOVAYA, Miriam. Cotidiano das escolas MEC/SECAD. 2005.
ESTEVAN, Maria Teresa .O que sabe quem erra. Reflexões sobre aula fracasso escolar. Rio de JANEIRO,dp &p,2006.
MOURA, Maria Cecília. O Surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua.

7. GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE

CHR: 33

CHA: 40

EMENTA:

Estado sustentável, gerenciamento de projetos, critérios e políticas sustentáveis, Gestão Socioambiental, qualidade de vida do servidor, sustentabilidade financeira, gestão ambiental e sustentabilidade nas organizações públicas, licitações e contratos sustentáveis, Decreto nº7746/2012.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSUMPÇÃO, Luiz Fernando Joly. Sistema de Gestão Ambiental. Curitiba, Juruá, 2011.
MESSIAS, Saliba Tuffi. Legislação de Segurança, acidente de trabalho e saúde do trabalhador, 9ª. Ed, São Paulo, LTR, 2013.
SANCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental. Conceitos e Métodos, São Paulo, Oficina de Textos, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

.CUNHA, Sandra Batista. (organizadores). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. BERTRAND, 2010.
JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos administrativos. 12ª Ed., São Paulo. Dialética, 2008.
CARVALHO, Carlos Gomes de. Introdução ao Direito Ambiental. São Paulo, Ed. Letras & Letras, 2001.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

CHR: 160

CHA: 192

EMENTA:

Atividades voluntárias desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas e não governamentais; Projetos de iniciação científica; Estágios curriculares não-



obrigatórios; Projetos de extensão; Viagens de estudos; Seminários e fóruns; Módulos temáticos; Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso; Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Atividades interdisciplinares integradas ao longo do curso voltada as políticas e ações públicas e outras correlacionadas no PPC.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Atividades interdisciplinares integradas ao longo do curso voltada as políticas e ações públicas e outras correlacionadas no PPC.

PRÁTICAS PROFISSIONAIS

CHR:33
CHA: 40

EMENTA:

- Desenvolvimento teórico-prático dos conteúdos disciplinares ministrados através de atividades de laboratórios, visitas técnicas, produção de texto, estudo de caso, elaboração de projetos e outras atividades correlatas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008.
Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008.
Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CHR:300
CHA: 360

EMENTA:

- Desenvolvimento prático das atividades de observação, análise e gestão administrativa.
- Práticas de elaboração de planejamento, projetos, e planilhas públicas.
-Gerenciamento de pessoas e processo referentes aos serviços públicos.



BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008.
Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Lei do Estágio dos Estudantes, Publicado em 2008.
Resolução nº 029/2013. Regulamento de Estágio no IFPA. CONSUP.

Além do acervo bibliográfico curso tem o apoio dos seguintes periódicos:

- Revista ENGRENAGEM que é a revista multidisciplinar do campus Belém com publicações dos docentes do curso.
- Caderno de Diversidade Étnico-Racial elaborado pelo NEAB do campus.
- Acesso ao portal de periódicos da capes para melhor atender as pesquisas acadêmicas.
- Boletim de Licitações e Contratos (periódico anual)
- Boletim de Direito Administrativo (periódico anual)

10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Curso prevê como exigência ao discente para a diplomação de graduação a produção e apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC como disciplina obrigatória, como estabelece o art. 93 do Regimento Didático-Pedagógico do IFPA.

O TCC será orientado por um professor com a finalidade de produção de projeto de pesquisa. Os assuntos abordados devem estar relacionados aos conteúdos teóricos e práticos da administração pública, cumprindo uma carga horária total de 120 horas, acrescida a carga horária mínima e registrado no quinto semestre na matriz curricular do curso.

A estruturação e a composição do TCC serão desenvolvidas pelo discente individualmente ou em dupla, permitindo a identidade das habilidades e competências



do discente adquirido ao longo do curso a partir do projeto apresentado.

A construção do projeto será acompanhada por um orientador professor e/ou um profissional especializado na área, devendo ser apresentado e avaliado por uma banca examinadora composta por dois professores especialistas na área, e mais o orientador.

Os discentes deverão ser matriculados para o TCC I no quarto semestre e TCC II no quinto semestre. Para o TCC I deverá o discente apresentar ao final do semestre junto a coordenação seu pré-projeto elaborado de acordo com as orientações de projeto de pesquisa. Para o TCC II o discente deverá ter efetivado o TCC I e sua aprovação estará condicionada a atender o compromisso de orientação, no prazo estabelecido para entrega e defesa, sendo avaliado pela parte da apresentação textual e pela parte da apresentação oral pela banca.

A Coordenação do Curso faz o acompanhamento e frequência para o TCC I e II, bem como, o registro de avaliação do mesmo, em conjunto com a Secretaria Acadêmica do Campus.

A versão escrita deverá ser elaborada conforme o estabelecido na Normatização de Critérios para a Orientação, Elaboração, Redação e Avaliação de TCC do IFPA.

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Na habilitação Profissional de Tecnologia em Gestão Pública, o estágio curricular supervisionado é uma exigência acadêmica, devendo o discente estar regularmente matriculado, cumprindo um total de 360 horas/aulas, que serão acrescidas às horas previstas para a totalização do curso.

São bases legais norteadoras:

- Lei de Estágio nº 11.788/2008.
- Regimento de Estágio do IFPA, Resolução nº 029/2013-CONSUP
- Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, Resolução nº 041/2015-CONSUP

A garantia de execução do estágio está em consonância com sua formação acadêmica e seguindo o Catalogo Nacional dos Cursos de Tecnologia (2016) que estabelece em seu campo de atuação:



- Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria.
- Organizações privadas prestadoras de serviço público.
- Organizações sem fins lucrativos.
- Órgãos públicos.
- Institutos e Centros de Pesquisa.
- Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente

Além do previsto pelo referido catalogo, será garantido estágio supervisionado a com o objetivo de preparar o discente para o exercício profissional competente, e poderá ser realizado:

- na própria instituição de ensino, sob forma de programas de pesquisa, extensão, monitoria e exercícios produtivos da área profissional;
- em empresas e/ou organizações que apresentarem aplicação dos eixos profissionais do curso: legislações trabalhistas, gestão de logística, gestão de pessoas, planejamento administrativo, gestão de estoque, gestão de almoxarifado, gestão de projetos, atendimento, protocolo e arquivo, gestão de compras, gestão de patrimônio, sistema de informação, dentre outros.

A integralização da carga horária do estágio será desenvolvida **a partir do 1º semestre** até o final do curso, sob a supervisão de docentes e profissionais capacitados. A Resolução nº 041/2015-CONSUP em seu art. 96, art. 97, art. 98, parágrafo único, art. 100, art. 101, art. 102 norteará as áreas estratégicas para o estágio, seus enfoques, as atribuições dos estagiários e dos professores orientadores, dentre outros.

Para o curso a IES disponibiliza parcerias com órgãos públicos nas três esferas, dentre elas: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, Previdência Social, Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, Tribunal de Justiça do Estado do Pará -TJE e Contrato Institucional de estágio com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE desenvolvido na própria instituição

Os referidos dispositivos legais apontam para a necessidade de contextualização curricular e para desenvolvimento de saberes próprios da atividade profissional e para a vida cidadã, através de articulação que congregue as instituições de ensino, instituições públicas, as empresas e organizações sociais ambientalmente responsáveis.

A Diretoria de Extensão (DEX) atua no setor de Estágio através da Divisão de Integração Campus Empresa legislando internamente acerca da captação e validação



no IFPA campus Belém no âmbito das Licenciaturas, Cursos de Engenharias e Tecnologias e Cursos Técnicos e Subsequentes.

Os discentes com experiências profissionais compatíveis com o desempenho e o perfil do curso deverão ter o efetivo aproveitamento profissional reconhecido para fins do cumprimento da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, a partir de documentação comprobatória, sendo analisado e avaliado em relatório pela coordenação do curso.

A Divisão de Integração Campus Empresa (DICAЕ) deverá registrar, nos prontuários escolares do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

Para realização do estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado, haverá necessidade de celebração de termo de compromisso de estágio e ter aprovado, pelo Coordenador do Curso, a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (art. 3º, da Lei nº 11.788/08).

Também, haverá necessidade de contratação de seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, a indicação de supervisor de estágio pela concedente (art. 9º, IV, parágrafo único, da Lei nº 11.788/08) e de professor orientador de estagiário pelo IFPA, (art. 3º, §1º, da Lei nº 11.788/08), entre outras obrigações previstas na Lei nº 11.788/08.

A captação de vagas de estágio poderá ser feita, pelo contato da empresa com a escola ou através de visitas realizadas pela escola nas empresas para divulgação dos cursos técnicos ou pelo próprio aluno.

12 PRÁTICAS PROFISSIONAIS

As práticas profissionais são componentes curriculares obrigatórios regimentada pelo Art. 76, Inciso II, art. 103, incisos I ao XII do Regimento Didático-Pedagógico do IFPA, sendo desenvolvidas ao longo do curso na promoção prática dos conteúdos ministrados. É acrescentada a carga horária mínima do curso num total de 40 hora/aula , não se relacionando com o estágio curricular supervisionado.

A caracterização das atividades práticas é orientada pelos docentes articulando



com a pesquisa, extensão e ensino através de:

- atividades de laboratórios,
- visitas técnicas,
- produção de texto,
- projeto integrador,
- laboratórios, oficinas,
- estudo de caso
- participação de projetos
- e outras atividades correlatas.

A coordenação do curso desenvolve parcerias de visitas técnicas junto ao Tribunal de Contas do Estado- TCE-Pa, a Câmara Municipal de Belém e na própria IES em ambientes destinados ao exercício dos conteúdos discutidos nos semestres. Ao final da disciplina gera gerada uma produção acadêmica com ênfase na temática praticada.

13 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares encontram-se regimentadas pelo art. 90 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA, como norteadoras aos PPC dos cursos ofertados.

Para propiciar o aprofundamento temático e interdisciplinar de formação livre, o discente deve desenvolver desde o início do curso atividade complementar com uma carga horária de 160 hora/aula, como componente curricular do perfil do formando.

Além das previstas no Art. 91 no Regulamento Didático Pedagógico atenderão aos discentes as atividades Complementares desenvolvidas pelo discentes e/ou promovidas pelo Curso, visando à complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes à Gestão Pública. Podem ser consideradas Atividades Complementares as seguintes:

- Atividades voluntárias desenvolvidas junto a organizações privadas, públicas e não governamentais;
- Projetos de iniciação científica;



- Estágios curriculares não-obrigatórios;
- Projetos de extensão;
- Viagens de estudos;
- Seminários e fóruns;
- Módulos temáticos;
- Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino não contempladas no currículo do curso;
- Participação em empresas juniores e em núcleos de estudos e de pesquisas vinculados às áreas estratégicas do Curso.

As atividades complementares serão validadas a partir da apresentação da cópia dos comprovantes junto à coordenação do curso, que analisará e expedirá a declaração de cumprimento da carga horaria desenvolvida. Portanto, sendo de responsabilidade do discente a apresentação dos documentos comprobatórios.

Não terão validade para o computo de horas atividades complementares antes do ingresso do curso, bem como, não serão computadas cumulativas as horas desenvolvidas nas práticas profissionais e no estágio supervisionado.

14. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012 estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Subsidiarão o Documento o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

A Educação em Direitos Humanos, que permeia o IFPA campus Belém está fundamentada nos seguintes princípios: "I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental." (BRASIL, 2012, Art. 3º)

O NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Diversidades do IFPA *campus* Belém, a partir da Portaria 461/2015 GAB, com vistas ao disposto Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012, passa a atuar com a temática da Educação em Direitos Humanos, que abrange as seguintes dimensões:



- I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;
- IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e**
- V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Dentre suas atribuições está:

- a) Fornecer subsídios na transversalidade da Educação em Direitos Humanos para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); do Projeto Político-Pedagógico (PPP); do Regimento Escolar; dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- b) Incrementar ações para a construção de materiais didáticos e pedagógicos para intervenção nas práticas docentes na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica; (BRASIL, 2012, Art. 11).
- c) Disseminar a Educação em Direitos Humanos no ensino, pesquisa e extensão; (BRASIL, 2012, Art. 12).
- d) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos dos Cursos Técnicos e Subsequentes e dos cursos de Engenharia e Tecnologia, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade.
- e) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Formação Inicial e Continuada de Professores, como um componente curricular obrigatório; (BRASIL, 2012, Art. 9º).

O trato com a Educação em Direitos Humanos terá o cotidiano como referência para analisá-lo, compreendê-lo e modificá-lo, através da prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a ampliação de novos direitos.

É competência do NEAB IFPA **campus** Belém, acompanhar sua promoção em três dimensões: **a) conhecimentos e habilidades**: compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; **b) valores, atitudes e comportamentos**: desenvolver



valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; **c) ações:** desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Referendada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEH), as práticas profissionais e de gestão no IFPA *campus* Belém estão estruturadas na tríade acesso, permanência e sucesso, primando pela diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, a equidade (eticorracial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação. (BRASIL, 2008, pp. 31-32)

No âmbito do **ensino** no IFPA *campus* Belém, a Educação em Direitos Humanos será incluída de duas formas: a) nos Cursos de Educação Profissional (Técnico e Subsequente), de Tecnologias e Engenharias, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade; b) No caso da Formação Inicial e Continuada de Professores, a Educação em Direitos Humanos será um componente curricular obrigatório. Além da produção de material didático para atuação com a temática na Educação Básica através de construção de protótipos de Tecnologias Educacionais.

As ações no ensino estarão permeadas pelas noções de Interdisciplinaridade e de Transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Além disto, designam um arcabouço teóricoconceitual capaz de fundamentar questões que exigem uma abordagem ampla e plural como necessariamente o são as que envolvem a Educação em Direitos Humanos.

A **transversalidade** se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. A interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo.



Na **pesquisa**, se dará através de fomento e de uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar no âmbito da iniciação científica através de bolsas de pesquisa, bem como, através de registros de patentes e propriedade intelectual dos materiais didáticos e protótipos construídos para esse fim, junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA (NIT).

Na **extensão**, a inserção desse tema em programas e projetos de extensão envolve atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos. Além da socialização do material didático para atuação com a temática na Educação Básica através transferência tecnológica de protótipos de Tecnologias Educacionais e na oferta de cursos de Aperfeiçoamento.

O IFPA *campus* Belém já vem atuando com a temática desde 2009 aos dias atuais com a oferta dos seguintes Cursos de Aperfeiçoamento na temática de Educação em Direitos Humanos:

- Curso de Aperfeiçoamento em Educação na Diversidade e Cidadania;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação Integral e Integrada;
- Curso de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade;

Está em curso no ano de 2016, uma pesquisa sendo realizada no âmbito do *campus* Belém envolvendo alunos, e profissionais da Educação (docentes e técnico-administrativos) trabalhados em uma amostra de 30%, para detectar a visão dos sujeitos em relação à Educação em Direitos Humanos e às Diversidades presentes no âmbito institucional, utilizando como instrumento um questionário e análise documental (PDI, PPP, Organização Didática).

O resultado será divulgado no *site* institucional e a socialização será realizada no Seminário Integrador das Licenciaturas do semestre 2015-2. Será encaminhado formalmente para a Comissão de Construção do Projeto Político Pedagógico do *campus* Belém com vistas a subsidiar a construção do Documento.



O Núcleo mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos, tais quais:

- CAVALCANTI, Francisco de Assis Ribeiro (org.). **Curso de aperfeiçoamento em educação em direitos humanos**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-38-2
- RAMOS, Elizabete Batista; SILVA, Laura Helena Barros da (orgs.). **Curso de aperfeiçoamento em educação de jovens e adultos na diversidade**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-33-7
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v1. ISBN: 978856285514 6
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v2. ISBN: 978856285513 9
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. v3. ISBN: 978856285512 2
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v1. ISBN: 978856285511 5
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v2. ISBN: 978856285510 8
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. v3. ISBN: 978856285509 2

O curso desenvolve as temáticas de Direitos Humanos nas disciplinas Direito Constitucional, Políticas Públicas, Ciência Política, Empreendedorismo no Setor Público. Fazem parte da programação acadêmica do curso atividades de extensão como:

- Ciclos de Palestra: abordagens realizadas, no mês de dezembro “Empreendedorismo no setor público”, “Licitações Sustentáveis”.
- Encontro de Direitos Humanos no mês de março abordagens realizadas “Enfrentamento da violência contra a mulher”
- Encontro de Setores Produtivos: abordagens realizadas no mês de junho “Cenários Econômicos e as Políticas de Trabalho e Emprego no Estado do Pará”.
- Evento de Empreendedorismo Social: no mês de dezembro “Doações de brinquedos e alimentos” para organizações não governamentais.

Os eventos são anuais com temáticas escolhidas por ênfase: Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Grupos Étnicos, Inclusão Social, Tecnologia e Inovação dentre outros.



15. POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICORRACIAIS E INDIGENA

O NEAB do IFPA *Campus* Belém tem ações que vem sendo desenvolvidas desde 2005, no então CEFET-PA, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, *Campus* Belém, objetivando contribuir para a implementação da Lei nº 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana e de seus aportes legais.

O NEAB do *campus* Belém tem a especificidade de ser o primeiro da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o primeiro no âmbito do IFPA.

A existência do NEAB no combate às desigualdades etnicorraciais na educação, referenda uma especificidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, como instituição centenária de ampliar seu leque para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, tornando-se um eficaz instrumento em relação ao campo de atuação do Núcleo na implementação da legislação com o trato das questões etnicorraciais (ROCHA, 2010).

A atuação do Núcleo faz-se necessária na perspectiva da visualização inclusiva para a qual a instituição foi criada através do Decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, na gestão do então presidente Nilo Peçanha, haja vista, o entendimento no qual “leva-se em conta os dispositivos da exclusão aos quais os afrodescendentes foram submetidos por ocasião de toda uma conjuntura social e histórica ocorrida em nosso país” (ROCHA, 2010, p. 18)

Para viabilizar o acesso de afrodescendentes nos cursos do IFPA *Campus* Belém, o Instituto conta com o NEAB, cujo papel é definido em legislação própria, a partir do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino em História e Cultura Afrobrasileira e Africana, obedecendo dessa forma à implementação do Artigo 26 A da LDB 9394/1996 suscitada pela Lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008.

Diante do quadro de ações implementadas no IFPA *campus* Belém, é pertinente um olhar para a questão legal no que tange ao Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações



Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, destacando-se:

Principais Ações das Instituições de Ensino Superior

- a) Incluir conteúdos e disciplinas curriculares relacionados à Educação para as Relações Etnicorraciais nos cursos de graduação do Ensino Superior, conforme expresso no §1º do art. 1º, da Resolução CNE /CP n. 01/2004;
- b) Desenvolver atividades acadêmicas, encontros, jornadas e seminários de promoção das relações etnicorraciais positivas para seus estudantes;
- c) Dedicar especial atenção aos cursos de licenciatura e formação de professores, garantindo formação adequada aos professores sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e os conteúdos propostos na Lei 11645/2008;
- d) Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e com a temática da Lei 11645/08;
- e) Fomentar pesquisas, desenvolvimento e inovações tecnológicas na temática das relações etnicorraciais, contribuindo com a construção de uma escola plural e republicana;
- f) Estimular e contribuir para a criação e a divulgação de bolsas de iniciação científica na temática da Educação para as Relações Etnicorraciais;
- g) Divulgar junto às secretarias estaduais e municipais de educação a existência de programas institucionais que possam contribuir com a disseminação e pesquisa da temática em associação com a educação básica. (BRASIL, 2009, p. 38-39)

No que tange ao NEAB o Plano prevê:

Principais Ações Para os Núcleos de Estudos e Grupos correlatos

- a) Colaborar com a Formação Inicial e Continuada de Professores e graduandos em educação das relações Etnicorraciais e ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004, e da Lei 11645/08, quando couber;
- b) Elaborar Material Didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das relações Etnicorraciais e História e cultura afro-brasileira e africana que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004;
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores e produção de material didático das Secretarias municipais e estaduais de educação ou/e pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos Sistemas de Educação;
- e) Manter permanente diálogo com os Fóruns de Educação e Diversidade Etnicorracial, os Sistemas de Educação, Conselhos de Educação, sociedade civil e todas as instâncias e entidades que necessitem de ajuda especializada na temática;



f) Atender e orientar as Secretarias de Educação quanto às abordagens na temática das relações etnicorraciais, auxiliando na construção de metodologias de pesquisa que contribuam para a implementação e monitoramento das Leis 10639/2003 e 11645/08, quando couber; (BRASIL, 2009, p. 42)

E, enquanto participante da Rede de Educação Profissional de Educação, Ciência e Tecnologia, cabe à Instituição, no que tange aos Cursos ofertados:

Principais ações para Educação Tecnológica e Formação Profissional

- a) Incrementar os mecanismos de financiamento de forma a possibilitar a expansão do atendimento, possibilitando maior acesso dos jovens, em especial dos afrodescendentes, a esta modalidade de ensino;
- b) Garantir que nas Escolas Federais, agrícolas, centros, institutos e Instituições Estaduais de Educação Profissional, existam Núcleos destinados ao acompanhamento, estudo e desenvolvimento da Educação das Relações Etnicorraciais e Políticas de Ação Afirmativa;
- c) Manter diálogo permanente entre os Fóruns de Educação e Diversidade e as instituições das Redes de Educação Profissional e Tecnológica;
- d) Inserir nos manuais editados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica as diretrizes e demais documentos norteadores de currículos e posturas, os conceitos, abordagens e metas descritos nos documentos deste Plano, no que se refere as ações para Ensino Médio e Ensino Superior;
- e) Os Institutos Federais, Fundações Estaduais de Educação Profissional e instituições afins, deverão incentivar o estabelecimento de programas de pós-graduação e de formação continuada em Educação das Relações Etnicorraciais para seus servidores e educadores da região de sua abrangência;
- f) A SETEC, em parceria com a SECAD e os Institutos Federais, contribuirá com a sua rede e os demais sistemas de ensino pesquisando e publicando materiais de referência para professores e materiais didáticos para seus alunos na temática da educação das relações etnicorraciais. (p. 52-53)

A **criação do NEAB** na estrutura organizacional da instituição, através da Portaria nº 26-GAB de 07/06/2006, possibilitou o início de ações no sentido de implementar a Lei nº 10.639/2003 no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.

Em 26 de novembro de 2010, já Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, o CONSUR através da Resolução 053/2010 aprova a alocação de NEAB's em todos os campi do IFPA. Dessa forma, o NEAB criado em 2006 passa responder pelo Campus Belém através da Portaria 276/2010.

O Núcleo trabalha com dois focos ou duas lentes: a **formação inicial e continuada de professores** e a **produção de materiais didáticos**, aqui entendidos como Tecnologias Educacionais, conforme a concepção de Pinto (2005) que trata do conceito como prática concreta de uma concepção ideológica, ou seja, a partir de um



arcabouço teórico sólido propõe-se a construção de **instrumentos pedagógicos de intervenção** com vistas à democratização da instrumentalização técnica da tecnologia.

Nos Cursos de Formação de Professores foi implantada desde 2007 a **disciplina Educação para Relações Etnicorraciais, com carga horária de 40h, obrigatória** para as Licenciaturas presenciais, na modalidade a distancia, PARFOR e em regime de alternância ofertadas pelo IFPA.

Na Formação Continuada, o NEAB atua na oferta anual do Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais, desde 2007 aos dias atuais. Oferta ainda, o Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais - História e Cultura Afrobrasileira e Africana na modalidade semipresencial aos professores da Rede Estadual por meio da Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFORM) – em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e execução pelo Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica (COMFOR), em conjunto com a Coordenação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOP) e da Secretaria Executiva do FORPROF/PA.

Ofertou ainda os seguintes Cursos de Aperfeiçoamento: **Curso de Aperfeiçoamento de Políticas Públicas de Relações Etnicorraciais**, patrocinado pelo MEC/SESU através do Projeto UNIAFRO sendo realizado no período de dezembro de 2006 a fevereiro de 2007 com carga horária de 180h; **Curso de Aperfeiçoamento de Aplicação da Lei nº 10.639/2003** patrocinado pelo MEC/SESU/PROEXT com carga horária de 180h no período de abril a junho de 2007; **Curso de Aperfeiçoamento em Educação para Relações Etnicorraciais** com carga horária de 180h, na **modalidade a distancia**, através do Sistema Universidade Aberta do Brasil em convênio com a SECAD/MEC, o IFPA ofertou de agosto de 2009 a março de 2010 em dez pólos do Sistema UAB (Juruti, Conceição do Araguaia, Salinópolis, Moju, Tucumã, Canaã dos Carajás, Muaná, Tailândia, Redenção, Santana do Araguaia).

Ao todo, fazem parte do Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB, 75 (setenta e cinco) Tecnologias Educacionais e está em andamento no ano de 2016 a construção de mais 16 (dezesesseis) Tecnologias Educacionais nas Turmas de



Licenciaturas, Curso de Especialização em Educação para Relações Etnicorraciais e nos Projetos de Extensão do NEAB com alunos dos Cursos de Formação de Professores. Além disso, o NEAB tem no seu quadro de Bolsistas alunos dos cursos de Educação Básica, Engenharias e Tecnologias, com o patrocínio do PIBEX.

Desde 2008 é promovido anualmente um evento que denominou-se Seminário de Diversidade e Questões Etnicorraciais do IFPA que chegou a sua quinta versão, e transformou-se no Congresso Nacional de Diversidades e Questões Etnicorraciais, que encontra-se em 2016 em sua quarta versão. Objetiva oportunizar um espaço amplo de discussão, debate e divulgação de pesquisas sobre a diversidade etnocultural e temáticas afins no contexto educacional da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e do IFPA, bem como reunir professores, pesquisadores, alunos de graduação e pós-graduação e demais profissionais das diversas áreas do conhecimento interessados na discussão da temática no tocante à implementação da Lei nº 10.639/2003 e divulgar as ações do NEAB-IFPA visibilizando os projetos implantados no âmbito institucional.

O NEAB-IFPA possui uma biblioteca setorial instalada na Sala da Coordenação do Núcleo, localizado no Bloco E, funcionando para consulta e empréstimo aos docentes e discentes da graduação e pós-graduação.

O Núcleo mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos, tais quais:

- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Questões étnico-raciais**: aplicabilidade da Lei nº 10.639/2003 na prática pedagógica. Belém, IFPA, 2009.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Educação para relações étnico-raciais**. Belém: IFPA, 2009.v. 1-3. Série Diversidade e Cidadania.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Questões Etnicorraciais**: estudo de caso no IFPA. (org.) Belém: IFPA, 2010.
- ROCHA, Helena do S. C. da. **Diversidades e Questões Etnicorraciais**. Belém: IFPA, 2011.
- ROCHA, Helena do S. C. da (org.). **Tecnologias educacionais para o trato com a África na educação básica**. Belém: IFPA, 2013.
- ROCHA, Helena do S. C. da (org.). **Visibilizando o invisível**. Belém: IFPA, 2013.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Tecnologia educacional: instrumentalização para o trato com a diversidade etnicorracial na educação básica**. Belém: IFPA, 2014.



- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Curso de especialização em educação para relações étnico-raciais história e cultura afrobrasileira e africana**. Belém: IFPA, 2015.v. 1-11.
- ROCHA, Helena do S. C. da. (org.). **Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB**. 2016.

A partir da Portaria 461/2015 GAB, com vistas ao disposto Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012, o Núcleo passa a atuar com a temática da Educação em Direitos Humanos, trocando a nomenclatura para Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Diversidades do IFPA *campus* Belém, continuando a utilizar a sigla NEAB.

Com relação à Lei nº 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade das diretrizes e bases da educação nacional, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” as temáticas são relacionadas e dialogas ao longo da formação acadêmica dos discentes. De forma direta nas disciplinas Políticas Públicas, Direito Constitucional, Ciência Política, Comunicação e Expressão, Políticas e Tecnologias Educacionais nos conteúdos programáticos sobre: estudo da história dos povos indígenas no Brasil, cultura indígena, linguagens indígenas e a História da Amazônia e seus povos. De forma indireta transversais por vídeos, filmes, fotos, museus, por atividades e abordagem interdisciplinar sobre Ética e Cidadania, e pluralidade cultural no ambiente acadêmico dos discentes por recortes nas demais disciplinas.

16 POLITICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A partir da Lei Federal Nº 9.795 de 27 de abril de 1.999 que institui a Lei da Educação Ambiental, onde em seu Art. 2º afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

O Ministério da Educação assume função impar ao ressignificar o cuidado com a diversidade da vida como valor ético e político, fugindo da equação simplista ambiente = natureza” (MEC, 2007). Faz-se necessário uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus educandos, sendo importante que estes possam tomar entendimento acerca



do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente, e disseminem tal conhecimento para sociedade.

A EA é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desprezar o meio ambiente. Somente com a educação ambiental, o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes, construir novos conceitos de uma sociedade sustentável, promovendo valores importantes como cooperação, solidariedade, tolerância e respeito à diversidade.

O maior objetivo da EA é fomentar uma nova mentalidade de como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

Nesse contexto e com base no que preconiza a Lei Federal Nº 9.795 de 27 de abril de 1.999 – Lei da Educação Ambiental, onde em seu Art. 2º afirma: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". A EA nesta perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, onde na educação básica sua abordagem deve ser integrada e contínua, sendo, portanto, de caráter transversal ao processo formativo do educando, e não uma oferta de nova disciplina isolada.

Em atendimento ao que estabelece o Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002, o Campus Belém criou, em 2015, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM) que por sua vez só foi efetivamente institucionalizado à estrutura organizacional do campus, em 2016, pela Portaria nº 1.530/2015-GAB/Campus Belém. Este Núcleo tem o papel de promover a discussão referentes às questões ambientais, auxiliando na formação cidadã dos discentes, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, instituir um conjunto de práticas que permitam estimular a sustentabilidade no IFPA. Dentre as ações do NEAM estão os eventos alusivos ao dia internacional da água, o uso de energia renováveis, encontros, seminários ou congressos onde a produção científica dos discentes do Campus Belém, referentes à temática ambiental, sejam socializadas com toda a comunidade interna e externa da instituição.

O NEAM também tem o papel de buscar fomento, apoiar o desenvolvimento e



contribuir para a divulgação de projetos de cunho ambiental, tanto os que já estão em andamento, bem como outros que serão implantados. Também é atribuição do NEAM promover a discussão sobre o uso racional dos recursos naturais, como por exemplo:

- a) a água, atmosfera, combustíveis fósseis, recursos renováveis e não renováveis;
- b) uso racional da energia;
- c) métodos de reaproveitamento de resíduos;
- d) políticas que busquem a redução do consumo de água e energia;
- e) educação ambiental
- f) discussão de política de coleta seletiva e o reaproveitamento dos resíduos recicláveis, dentre outras.

A política de Educação Ambiental é um conteúdo transversal e será desenvolvido com uma prática educativa integrada, contínua e permanente ao longo do curso.

As metodologias de ensino-aprendizagem na formação acadêmica abordam a sustentabilidade e o meio ambiental para atender a legislação na sua forma teórica e prática seu caráter interdisciplinar, onde na educação superior sua abordagem deve ser integrada e contínua, sendo requisito legal obrigatório de forma transversal ao processo formativo do educando, constituída e saber fazer o ensino consciente.

O curso desenvolve o aprendizado da educação ambiental e da responsabilidade social nas disciplinas de Economia Básica, e Direito Constitucional, Gestão Pública e Sustentabilidade e Políticas Públicas com conteúdos expressos em seus ementários. As temáticas abordadas são garantidas através de atividades prática e de extensão: horta comunitária e Licitações Sustentáveis idoso e criança, empreendedorismo social (ações de acolhida e doações em entidades não governamentais).

As temáticas são trabalhadas transversalmente, pelos docentes que possuem formação específica na área ambiental nas temáticas: sustentabilidade financeira, projeto de horta vertical, pesquisa de segurança alimentar, economia solidária, empreendedorismo social, e com a coleta seletiva, tanto em sala de aula quanto em palestras realizadas.

Quando do início da parceria do Observatório Social do Brasil os discentes terão atividades sendo desenvolvidas como foco da área pública e computadas como



práticas acadêmicas. E através dos demais eventos na IFE apóia a temática aos discentes com encontros e debates sobre drogas, sexualidade, dentre outros.

17. POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL E ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIENCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

De acordo como o previsto no seu PDI o IFPA estabelece estratégias de garantia às ações de combates a exclusão social ligados as condições sociais, condições educacionais, portadores de necessidades especiais, e condições raciais dentre outros, pois representam oportunidades de transformações ética e de cidadania a essas demandas sociais.

A IES vem promovendo ações tais como:

- Forma de acesso em atendimento da Lei 12.711/2012 que institui o sistema de reserva de vagas aos egressos de escolas públicas. O IFPA adota forma de ingresso ao ensino superior 100% destinada ao resultado do ENEM.
- Serviço de apoio social através do DPAE e do NAPNE avaliando as condições socioeconômicas dos discentes no seu ambiente acadêmico e familiar. São realizados programas reuniões como os pais e/ou responsáveis dos discentes, encontros e palestras temáticas para atendimentos diversos.
- Política de Apoio estudantil: bolsa permanência, e programas institucionais de bolsa de pesquisa e extensão. Anualmente é realizado edital de seleção para avaliação dos discentes em condições de vulnerabilidades socioeconômica
- Ações afirmativas para inclusão da pessoa portadora de deficiência: em atendimento ao Decreto nº 5.296 de dezembro de 2004 que institui normas e critérios para a promoção de acessibilidade, o campus Belém vem cumprimento tanto o atendimento prioritário com profissionais na área, bem como, realizando adaptações prediais como rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados.

A Política de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica,



obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.

As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam o êxito acadêmico.

O Plano de Assistência Estudantil no Câmpus Belém é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012 - CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado pela Lei nº 12.801/ 2013, que se define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível superior com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

18 APOIO AO DISCENTE

18.1 Departamento de Apoio ao Ensino e Estudante –DPAE

O Departamento de Apoio ao Ensino e Estudante é constituído por uma equipe de profissionais na área da pedagogia, com a finalidade de coordenar e assessorar as atividades curriculares da unidade de ensino no que tange a elaboração do planejamento das atividades; colaborar e acompanhar a execução dos planos e instrumentos de avaliação e recuperação; acompanhamento do registro de informações do diário de classe; participação, juntamente com os professores, na seleção dos livros didáticos a serem adotados; acompanhamento do desempenho



dos discentes por turma; elaborar e aplicar testes classificatório em conjunto com os professores.

No seu funcionamento está os seguintes objetivos:

- Fomentar discussões, debates, palestras e seminários junto à comunidade escolar;
- Elaborar, programar e avaliar, em conjunto com os demais técnicos, o projeto de caráter pedagógico, a partir do diagnóstico das necessidades da unidade de ensino;
- Acompanhar e orientar o processo de ensino-aprendizagem na escola;

18.1.1 Política de Nivelamento

O curso prevê a verificação da aprendizagem com observação em sala de aula pelos resultados adquiridos pelos discentes, e por reuniões realizadas pelo colegiado do curso. O colegiado do Curso em conjunto com os discentes de licenciatura do campus realizam aulas de nivelamento de produção de texto e matemática aos discentes ingressante no curso.

Através do DPAE e da Diretoria de Extensão são realizadas ações de auxílio aos discentes em suas dificuldades de aprendizagem ao longo do período letivo, tais como: palestras temáticas, oficinas de metodologia científica, preparatória ao ENADE, palestras sobre marketing, sobre gestão de pessoas, dentre outras.

18.1.2 Apoio ao egresso

Através do Departamento de Relações Institucionais, Empresariais e Comunitárias- DRIECO o campus vem promovendo projetos de pesquisa como objetivo de desenvolver diagnósticos das competências profissionais do egresso tanto do curso quanto dos demais ofertados no campus estando previsto para melhor atender ao propósito institucional de formação humana e tecnológica a implantação do Observatório do Campus.

14.2 Núcleo De Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas

O Núcleo de Apoio aos Alunos com Necessidades Educacionais Especiais- NAPNE é o setor do IFPA, campus Belém, que articula as ações do Programa TEC NEP (MEC) no âmbito interno e externo da instituição criado em 2004, tem por **MISSÃO**



é articular pessoas, instituições e desenvolver ações do Programa TEC NEP, envolvendo servidores administrativos docentes, discentes e pais, implantando a cultura da "educação para a convivência", aceitação da diversidade e, principalmente, buscando a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais no campus Belém.

O NAPNE, campus Belém, procura adequar o Programa TEC NEP às suas demandas e possibilidades, pautadas nos seguintes objetivos:

- Articular os diversos setores da sua instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades e material didático-pedagógico específico a ser utilizado.
- Gerenciar a assistência técnica e o desenvolvimento de parcerias (atividades de pesquisa e extensão) com instituições / organizações que ministrem educação profissional para alunos com necessidades educacionais especiais, órgãos públicos e outros afins.
- Cuidar da divulgação de informações, eventos, etc., sobre o Programa TEC NEP.
- Desenvolver parcerias e intercâmbios com instituições e organizações que possuam experiências de escolarização inclusiva;
- Encorajar e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomadas de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais;
- Garantir que sejam realizados programas de treinamento de docentes, tanto em serviço como durante a formação, voltados à provisão da educação inclusiva;
- Inserir em todos os programas educacionais da instituição a perspectiva da educação inclusiva, ou seja desde a seleção / admissão dos alunos, do programa curricular, da metodologia de aula, das condições ambientais, do sistema de avaliação, enfim, perpassando todos os espaços educacionais;



- Estimular a comunidade acadêmica no sentido de fortalecer as relações humanas em respeito à diversidade e as diferenças entre as pessoas;

Aproximar da nossa instituição não apenas os alunos contemplados com a educação inclusiva, mas também seus pais e parentes, pois estes possuem o direito de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriada às necessidades, circunstâncias e aspirações de seus filhos.

A Lei nº 12.764 de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista que estabelece diretrizes para sua consecução, o NAPNE junto com a Divisão de Qualidade de Vida e Assistência Social do campus vêm estabelecendo políticas institucionais e ações no atendimento com acompanhamento e avaliação a partir do perfil socioeconômicos e diagnósticos de discentes e dos servidores, conforme atribuições definidas em seu Organograma e aprovada pela Resolução nº101/2016-CONSUP:

“realizar de forma integrada com o Departamento Pedagógico e setor de Registro Acadêmico do Campus, o levantamento de demandas dos discentes com as necessidades educacionais específicas”.

O campus apresenta um atendimento multifuncional no Setor Ambulatorial em conjunto com a Divisão de Qualidade de Vida e Assistência Social a finalidade de prestar atendimentos ambulatoriais e serviços de atenção à saúde nas áreas de medicina e enfermagem, assistência social, e psicóloga. São responsáveis na promoção de atividades de acompanhamento em situação de movimento, readaptação, integridade física e moral, que permitam o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer, e o bem estar social da comunidade acadêmica. Dentre suas atividades relacionadas estão a de: promoção de campanhas de promoção de saúde da comunidade, analisar condições de trabalho, móveis equipamentos com acessibilidade

O NAPNE dispõe de alguns materiais e recursos pedagógicos como: Ponteiros (15), Impressora Termofórmica (01), Máquinas Braille (04), Bengala para cego (01), Teclados Intellikeys (10), que podem ser utilizados no atendimento ao aluno, o que vai depender do tipo de deficiência do aluno.

Nos cursos de ensino superior do campus Belém, são ofertadas as seguintes disciplinas: Introdução à LIBRAS; Fundamentos da Educação Especial; Prática



Educativa no contexto da Educação Especial, que podem ser ofertadas como disciplinas obrigatórias ou optativas.

Outra ação é o Programa de Residência Pedagógica na Educação Básica, com atuação à **Prática Educativa no contexto da Educação Especial**, modalidade caracterizada nas bases legais da educação nacional como transversal aos demais níveis e modalidades, não possui atualmente um local exclusivamente destinado ao atendimento de alunos com deficiência no contexto escolar, a atuação dos discentes do programa se dará no âmbito das *Salas de Recursos Multifuncionais*, espaço em que acontece o *Atendimento Educacional Especializado – AEE*.

Aos discentes no campus são incentivados à construção de Tecnologias Educacionais como forma de efetivar a transposição didática do objeto científico ao objeto a ser ensinado para efetivação do processo ensino-aprendizagem para alunos com deficiências: visuais, auditivas, dentre outras.

O Catálogo de Tecnologias Educacionais do NEAB IFPA campus Belém, consta as seguintes Tecnologias construídas pelos alunos:

- Tecnologia Educacional QUIMEMÓRIA.
- Tecnologia Educacional Inclusiva: Roleta Química - Paralisia Cerebral
- Tecnologia Educacional —VISUALIGANDO na Educação Especial - Deficiência Visual.
- Tecnologia Inclusiva: Tabuleiro Da Prevenção.

14.3 A Política de Assistência Estudantil no IFPA/ Campus Belém

A Política de Assistência Estudantil do IFPA/Campus Belém, configura-se por meio da concessão de auxílios aos estudantes de todos os níveis de ensino e modalidades que são ofertados pela Instituição, voltados prioritariamente para estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, obedecendo às diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, elegendo como prioridade aquelas necessidades consideradas básicas previstas pelo Decreto 7.234 de 19/07/2010.



As ações de Assistência Estudantil são elencadas no Plano Anual de Assistência Estudantil, por meio de linhas de atendimento, nas quais envolvem setores estratégicos ligados à pesquisa, ensino e extensão como forma de fortalecer e apoiar as ações que visam o êxito acadêmico.

O Plano de Assistência Estudantil no Câmpus Belém é acompanhado pelo Fórum de Assistência Estudantil e Comissão Multidisciplinar de Assistência Estudantil, conforme previsto na Resolução nº 134/2012 - CONSUP, a qual regulamenta a Política de Assistência ao Estudante do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA.

Enquanto política de inclusão ao estudante apresenta-se também o Programa Bolsa Permanência – PBP, criado pela Lei nº 12.801/ 2013, que se define como uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O Programa atende como público alvo os estudantes de cursos de nível superior com carga horária igual ou superior a cinco horas diárias.

19 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação, também conhecidas como TICS, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social, as constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também tem contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer comunicação, construir conhecimento e, sobretudo socializá-los têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias.

Nesse aspecto, não seria precipitado afirmar que as TICS têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que há a expansão de fronteiras, o rompimento de distâncias virtuais, e tem promovido a conexão entre diferentes contextos sociais.



Diante de tais transformações, as instituições de ensino tem feito o exercício de acompanhar este processo, a socialização do conhecimento historicamente sistematizado por meio da educação formal encontra no uso das TICs estratégias e ferramentas de grande valia e que tem sido fundamentais na promoção de uma educação inclusiva.

As Tecnologias de Informação e Comunicação – TICS – correspondem ao conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. Podem ser utilizadas de várias formas: em processos industriais, automação, no comércio, na publicidade, no processo de ensino aprendizagem e etc. Em se tratando da área da educação há uma modalidade específica definida na LDB 9.394/96 que se constituiu no e para o uso das TICS: a Educação à Distância.

São exemplos de TICS: ambientes virtuais de aprendizagem, chats, fóruns, comunidades e grupos on-line, uso de arquivos digitais, aplicativos, data show, telefonia, uso de redes sociais e etc.

É importante destacar que no caso da Educação à Distância o processo de ensino aprendizagem se dá por meio das TICs, diferentes dos cursos presenciais, que possuem metodologia que prima pela interação e integração dos sujeitos mediante relações presenciais. Neste contexto, as TICs funcionam como complemento, como mais uma estratégia de aprendizagem, como recurso e ferramenta que colaborem para aprendizagem do aluno quando os objetivos da aula e os conteúdos ministrado assim o requererem, devem ser utilizadas com critério, método e objetivos definidos para que não sejam banalizadas. É muito comum atualmente encontrarmos professores que só ministram aula de tiverem um data show para ministrá-la, por exemplo, isto cria uma dependência da tecnologia, e acaba levando o professor à uma certa acomodação, pois outras formas de ensinar poderiam estar sendo experimentadas. Problemático também é quando no ensino presencial, o docente centraliza sua prática pedagógica em torno de inter-relações virtuais por meio de redes sociais, por exemplo, substituindo a presença, quando ao invés de exposição oral, debates em sala de aula em torno do conteúdo ministrado, opta por passar vídeo-aulas indiscriminadamente.



As TICs estão para servir de apoio ao trabalho docente e não para substituí-lo. Mesmo na Educação à Distância, não há ausência do professor, há professores e tutores que atuam junto aos discentes nos ambientes virtuais, inclusive a atuação desses profissionais é determinante para a qualidade do curso e para evitar a evasão, que nesta modalidade é bastante significativa.

O Curso dispõe de uma sala de coordenação destinado a atividades de coordenação, bem como, atendimento aos discentes. A coordenação apresenta um espaço arejado e de dimensões proporcionais aos equipamentos de apoio disponíveis, para atendimento administrativo da coordenação, atendimento aos discentes e reuniões de docentes. A coordenação possui recurso de tecnologia de informação, 04 computadores, 04 datashow, 01 impressora compartilhada no setor, acesso a internet, rede sem fio. Além da sala de coordenação o campus possui espaço de convivência destinado aos docentes com cabines individuais de atendimento aos discentes.

Os docentes utilizam laboratório de informática para as atividades teóricas-práticas com os discentes, de maneira eficiente ao quantitativo de equipamentos e com qualidade de velocidade de acesso à internet, e equipamentos e softwares compatíveis à demanda do curso.

Como processo de ensino-aprendizagem os docentes utilizam outros recursos de TIs: email, redes sociais, e site institucional. A partir da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas –SIGAA em 2015.1 foram agregadas ferramentas de TIC no processo ensino, pesquisa e extensão.

Esses ambientes virtuais apresentam-se na forma de chat, postagens de vídeo, materiais de apoio as disciplinas, fórum e informações com contato virtual dos docentes e discente via sistema SIGAA. São recursos via direta aos discentes, expedições de documentos acadêmicos *on line com* certificação digital, lançamentos de notas, freqüências diárias dos discentes, e mala-arquivo.

Como política de expansão as tecnologias, de equipamento anualmente a coordenação elabora seu Plano de Trabalho Anual, onde através de reuniões como o Colegiado de curso e elaborado uma planilha com aquisições/atualizações de quantidade de equipamentos de apoio destinados ao curso.

20 EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTE – ENADE



De acordo com a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, Art. 5º, § 5º: o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. Por isso, os estudantes selecionados pelo INEP para participarem do ENADE deverão comparecer e realizar, obrigatoriamente o Exame, e um item curricular obrigatório para o recebimento do diploma, para sua colação de grau e emissão de histórico escolar.

O IFPA realiza anualmente em conformidade com publicação de Portaria do Inep que estabelece os cursos enquadrados a participar do exame, a inscrição junto de todos os alunos habilitados a participar do ENADE (Ingressantes e Concluintes).

Contudo, o Ministério da Educação alterou a forma de avaliar os cursos de superiores e divulgou a Portaria Normativa nº 4, de 05 de agosto de 2008, publicada no DOU em 07 de agosto de 2008, instituindo o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Dessa maneira, em conformidade com esta Normativa o curso de Tecnologia em Gestão Pública irá trabalhar para obter conceitos entre 3 e 5, visando atender plenamente aos critérios de qualidade para funcionamento do curso.

21 ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E A EXTENSÃO

Com a finalidade de assegurar a permanência e o bom rendimento escolar de alunos com potencial, mas que apresentam dificuldades econômicas é compromisso da Mantenedora conceder bolsas de estudo para seus alunos, usando a porcentagem a definir de receitas próprias.

21.1 Extensão

A Diretoria de Extensão do IFPA campus Belém (DEX) executa e implementa no interior do campus o disposto no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018) e no PPI (Projeto Pedagógico Institucional 2014) do IFPA relativo à Pró-reitoria de Extensão que tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de **extensão e extensão tecnológica**, formulando diretrizes que promovam a sinergia entre os vários saberes e áreas de atuação da instituição, resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como a socialização e a democratização do conhecimento à comunidade, garantindo uma relação dialógica e transformadora entre o IFPA e a sociedade em geral.



À DEX cabe executar os planos, programas e projetos de extensão, que promovam o intercâmbio interinstitucional, nacional e internacional, objetivando a implementação de políticas e ações governamentais estratégicas, especialmente através de convênios, acordos de cooperação e programas de parcerias, que visem garantir a qualificação do aluno para o mundo do trabalho.

Extensão é a interface entre comunidade interna e comunidade externa, e constitui-se como processo **educativo, cultural, científico e político** que, articulado de forma indissociável com **o ensino e a pesquisa**, viabiliza e media a relação dialógica e transformadora entre o IFPA campus Belém e a Sociedade.

Tal processo apoia-se na valorização e troca de saberes para a solução de problemas, e no diálogo entre a função social do IFPA e as Políticas Públicas, buscando a efetivação de direitos sociais e o exercício pleno da cidadania, contribuindo para minimizar as desigualdades, favorecendo a inclusão social.

Assim, a extensão é estratégia para a criação de redes de conhecimento, para a inclusão de atores sociais nas políticas institucionais, bem como para a própria inserção e o acompanhamento dos estudantes na comunidade de forma articulada com o mundo do trabalho.

Tem como competências:

- a) Promover, fomentar e implementar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica no IFPA campus Belém, através de programas, projetos e atividades de forma integrada com os diversos setores da instituição, articulando o diálogo, a interação e a sinergia entre os vários saberes e as demandas da sociedade;
- b) Promover e fomentar a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
- c) Desenvolver ações de integração do IFPA campus Belém com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas, implementando o Observatório do Mundo do Trabalho e as políticas que regem essas ações;
- d) Identificar, propor e fomentar a formação de parcerias institucionais nacionais e



internacionais estratégicas, que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA *campus* Belém;

e) Propor, promover e fomentar cursos de valorização social, presenciais e à distância, com vistas à atender as especificidades dos arranjos produtivos locais dos municípios de abrangência do *campus* Belém;

f) Apoiar a criação de recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico educacionais - virtuais, tridimensionais, eletrônicos, bibliográficos, impressos, tecnológicos e assistivos, visando à implementação dos programas, projetos e ações de extensão, em consonância com as Diretorias de ensino e pesquisa do IFPA *campus* Belém;

g) Assistir, incentivar e promover a participação dos vários segmentos sociais em projetos voltados às pessoas com deficiência, minorias desfavorecidas e minorias étnicas;

As diretrizes gerais de extensão do *campus* Belém, apoiam-se na Política Nacional de Extensão (2012), visando ampliar as ações de educação em ciência, tecnologia e inovação no Estado, fortalecendo e integrando a tríade ensino-pesquisa-extensão, criando maiores oportunidades de formação e qualificação de capital humano, considerando as cadeias e arranjos produtivos locais, numa perspectiva de profissionalização para autogestão dos recursos de forma sustentável, com vistas à qualificação de mão de obra e inserção no mundo do trabalho, com geração de renda, resguardando o patrimônio tangível e intangível social e institucional e, ainda, gerando processos de inclusão e valorização dos saberes e diversidades locais.

As diretrizes são divididas então em 5 (cinco) vertentes:

a. **Interdisciplinaridade:** as ações de Extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.

b. **Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa:** o princípio da interdisciplinaridade caminha para a perspectiva da interlocução e integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no fazer acadêmico. A relação entre o



ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, numa relação em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber científico e tecnológico, num movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da ressignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre a pesquisa, o ensino, a produção de conhecimentos e a extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade num processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.

c. **Relação dialógica entre o Instituto e a sociedade:** a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos resultantes do encontro do Instituto com o cotidiano das comunidades e pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do desafio da produção acadêmica.

d. **Relação social de impacto:** as atividades de extensão conferem relevância às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliada aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social. Nesse contexto, busca-se articular programas capazes de focalizar o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas de amplo espectro. Dessa forma, as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.

e. **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre o Instituto e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão frente à complexidade e a diversidade da realidade, sendo necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.



A Política de Extensão do Instituto Federal do Pará engloba as determinações contidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), as orientações da Política Nacional de Extensão, e as dimensões aprovadas e estabelecidas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais.

Para fins de compreensão e identidade dos institutos federais, as dimensões das ações e a base conceitual comum aos IFs, são resguardadas na política de extensão do IFPA. São elas:

- a. **Projetos Tecnológicos:** Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
- b. **Serviços Tecnológicos:** Consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo e do trabalho.
- c. **Eventos:** Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.
- d. **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
- e. **Estágio e Empregos:** Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.
- f. **Cursos de Extensão:** Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
- g. **Projetos Culturais Artísticos e Esportivos:** Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.
- h. **Visitas Técnicas e Gerenciais:** Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- i. **Empreendedorismo e Cooperativismo:** Apoio à formação empreendedora com o subsídio de programas institucionais.
- j. **Acompanhamento de Egressos:** Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar



cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

k. **Relações Internacionais:** Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como celebração de convênios e parcerias, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

As atividades de extensão do IFPA campus Belém estão divididas entre as de caráter governamentais e as institucionais. Alguns programas e ações governamentais desenvolvidos pelo IFPA campus Belém são:

a. PROEXT-MEC

O PROEXT-MEC é o Programa de Extensão Universitária do MEC que visa fomentar as ações de extensão das instituições de ensino superior. É um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões.

b. Bolsa Formação - PRONATEC

A Bolsa-Formação é uma ação no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que diz respeito à oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional.

c. Programa MULHERES MIL

O Programa Nacional Mulheres Mil, desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro, em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas, e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero.

Outros programas e ações de caráter institucionais são:

a. PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFPA campus Belém

O PIBEX é um instrumento que abrange projetos de extensão, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando



aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais

b. Chamadas Públicas sem financiamento

Em Março/2016 a Diretoria de Extensão lançou uma Chamada pública, sem financiamento de bolsas de extensão, com a finalidade de institucionalizar todas as ações de extensão no Campus Belém como; projetos, cursos, eventos e prestação de serviços voltados ao atendimento de uma comunidade. Isso se torna importante para garantir o reconhecimento e o apoio institucional dessas ações de extensão desenvolvidas.

c. Observatório do Mundo do Trabalho

O Observatório do Mundo do Trabalho visa implementar a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, estabelecendo mecanismos e indicadores para reconhecer o perfil atual do egresso do IFPA, identificando as demandas e oportunidades no mundo do trabalho que estarão ao alcance dos discentes, ao encerrarem suas atividades acadêmicas no instituto, além de acompanhar a atuação dos egressos nesse contexto.

Com relação às práticas de extensão que serão executadas pelo Curso, importa salientar que elas terão o objetivo de não somente difundir os ganhos provenientes das produções científicas e culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, da universidade para a sociedade. Através do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também possuirá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Em cumprimento da carga horária de **atividades de extensão** para computar o estabelecido pelo Plano Nacional de Educação num total 10% da matriz curricular como expansão de conhecimento com as relações sociais e produtivas, o curso desenvolve e/ou participar de diversos eventos agregando um total de **200hs** associadas nas temáticas de Direitos Humanos, Empreendedorismo Social, Educação Ambiental, Diversidades, Violência dentre outros nas disciplinas de Direito Constitucional, Políticas



Públicas, Ciência Política, Empreendedorismo no Setor Público. Fazem parte da programação acadêmica do curso atividades de extensão como.

O curso promove **eventos** em conjunto com os discentes e com a gestão do campus, elaborando e organizando os eventos abaixo, **computando 40hs**:

- Ciclo de Palestra: abordagens realizadas, no mês de dezembro “Empreendedorismo no setor público”, e “Licitações Sustentáveis”.

- Encontro de Direitos Humanos no mês de março abordagens realizadas “Enfrentamento da violência contra a mulher”.

- Encontro de Setores Produtivos: abordagens realizadas no mês de junho “Cenários Econômicos e as Políticas de Trabalho e Emprego no Estado do Pará”.

- Evento de Empreendedorismo Social: no mês de dezembro “Doações de brinquedos e alimentos” para organizações não governamentais.

Acrescenta-se na carga horária de extensão as **atividades acadêmicas do campus**: Feira Vocacional, Seminário Integrador, Mostra Extensionista, Seminário de Diversidade e Questões Etnicorraciais do IFPA, computando carga-horária de **40hs**.

A matriz do curso estabelece a disciplina **Prática Profissional** que agrega a articulação técnico-científico-cultural, onde ao final da disciplina os discentes sob a orientação do professor responsável desenvolverá um relatório da temática-chave que será em formato de artigo científico, computando carga-horária de **40hs**.

Através do Programa PIBEX, os docentes elaboram e desenvolvem projetos de extensão anual. As temáticas que se seguiram nos anos de 2011, 2012 2013, 2014, 2015 e 2016 são: Horta Vertical, Centro de Apoio a Família, Núcleo de Responsabilidade Social, Escola de Gestão Pública, Direitos Humanos: Idosos e a Inclusão de Ferramentas Digitais, Estudo de Egressos, computando um total de **40hs**.

Em parceria com o **Observatório Social do Brasil** está em fase de implantação ações de extensão de estudos e mostra de dados sobre: administração de materiais, gestão de logística, licitações e contratos, que serão desenvolvidos semestralmente num total de **40hs**.

Desta feita, o diálogo abrirá a possibilidade de fomento à produção de conhecimento também através de projetos e de programas de extensão, institucionalizados no âmbito do campus Belém, articulado com órgãos de fomento e



consignação, nos quais uma verdadeira inter-relação transformadora e integradora entre universidade e sociedade contribuirá para aproximar a extensão ao ensino e para modificar o cenário científico, profissional e cultural da Mesorregião atendida pelo campus Belém. Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Extensão.

21.1.1 Projetos Institucionais

O Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará -SICTI é um evento institucional que consolida a pesquisa com foco na inovação tecnológica no âmbito do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Trata-se de evento anual, o qual congrega a comunidade profissional e acadêmica atuante em nível regional nas suas diversas áreas, promovendo a socialização do conhecimento e a interação entre todos os que têm interesse na área da Educação Profissional e Tecnológica. O evento conta com o apoio do **CNPQ, CAPES e FAPESPA**.

No curso temos alunos que participam do evento constituído de diferentes atividades com dinâmicas de trabalhos específicos, visando promover o debate entre os participantes. Estas atividades são descritas a seguir: Mesas redondas, Sessões técnicas, Sessões de painéis.

21.2 PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

A pesquisa científica visa a produção de conhecimento novo, que seja relevante e experimentalmente comprovado. Nesse contexto, o IFPA - Campus Belém tem investido recursos com o intuito de fomentar a investigação científica de forma a produzir conhecimento, em um tripé solidamente estruturado com as ações de ensino e extensão.

Através do Programa Institucional de Bolsas de iniciação à pesquisa científica, tecnológica e de inovação (PIBICTI), procura-se inserir os alunos precocemente no mundo da pesquisa científica fazendo com que o mesmo, ainda que de forma embrionária, venha produzir conhecimento. Outra linha de ação de fomento à pesquisa



é o incentivo para que esse conhecimento produzido seja compartilhado do âmbito acadêmico, seja interno ou externo.

O Campus Belém tem investido também, através da concessão de ajuda de custo para que os alunos pesquisadores de iniciação científica apresentem trabalhos em eventos científicos no Brasil e no exterior contribuindo significativamente para a formação acadêmica do discente. O resultado desse investimento se reflete na formação discente, que a cada ano vem demonstrando maior qualificação muitas vezes resultando no encaminhamento direto aos cursos de pós-graduação, seja na especialização ou seja no mestrado.

O curso de Tecnologia em Gestão Pública possui a verticalização a nível de pós-graduação *latu sensu* sendo ofertada inicialmente em 2012 conforme ato autorizativo

22. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo ensino-aprendizagem está pautado na Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, com a finalidade estabelecida:

Art. 263 A avaliação da aprendizagem deverá tomar como referência os parâmetros orientadores de práticas avaliativas qualitativas, a saber:

- I) Domínio cognitivo – capacidade de relacionar o novo conhecimento com o conhecimento já adquirido;
- II) Cumprimento e qualidade dos trabalhos acadêmicos – execução de tarefas com requisitos previamente estabelecidos no prazo determinado com propriedade, empenho, iniciativa, disposição e interesse;
- III) Capacidade de realizar trabalhos acadêmicos em grupo com disposição, organização, liderança, cooperação e interação na atividade grupal;
- IV) Autonomia – iniciativa, capacidade de compreensão, de tomar decisão e/ou e propor alternativas para solução de problemas.

A sistemática de avaliação do CST em Gestão Pública se baseará nos seguintes aspectos, pautada no art. 265 do referido Regulamento:

- I) Elaboração e execução de projeto;
- II) Experimento;
- III) Pesquisa bibliográfica;
- IV) Pesquisa de campo;
- V) Prova escrita e/ou oral;
- VI) Prova prática;
- VII) Produção técnico-científica, artística ou cultural.
- VIII) Seminário;

§1º Os instrumentos de avaliação da aprendizagem podem ser aplicados de forma isolada ou conjuntamente na apuração do desempenho acadêmico dos estudantes.



§2º A execução de cada instrumento de avaliação da aprendizagem poderá ser realizada de forma individual ou em grupo pelos estudantes.

No seu **art. 275** a aprovação em cada componente curricular de curso em regime semestral, avaliado por nota, será mensurado pela seguinte fórmula:

$$MF = \frac{1^{\text{a}} \text{ BI} + 2^{\text{a}} \text{ BI}}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

BI = Avaliação Bimestral

Parágrafo Único: O estudante será aprovado no componente curricular se obtiver Média Final maior ou igual a 7,00 (sete).

Art. 276 O estudante que obtiver Média Final (MF) menor que 7,00 (sete) deverá realizar prova final, sendo aplicado a seguinte fórmula.

$$MF = \frac{MB + PF}{2} \geq 7,0$$

Legenda:

MF = Média Final

MB = Média Bimestral

PF = Prova Final

Parágrafo Único: O estudante será aprovado no componente curricular após a aplicação da prova final se obtiver Média Final maior ou igual a 7,00 (sete), no que estabelece os seguintes arts. do referido Regulamento:

Art. 280 Ao estudante que não realizar a(s) atividade(s) de verificação da aprendizagem será considerado reprovado, devendo ser registrada a nota 0 (zero).

Art. 281 Nos cursos de regime semestral o estudante reprovado em até 2 (dois) componentes curriculares poderá dar prosseguimento aos estudos obrigando-se a cursar os componentes, em regime de dependência, em turmas e horários diferenciados do qual se encontra regularmente matriculado.

Logo, o estudante que a partir de 3 (três) disciplinas ficará retido no semestre para cursar apenas as disciplinas nas quais ficou em dependência. Os alunos, desde que essas não sejam pré-requisitos para os semestres seguintes.



O discente será considerado aprovado por média quando: obtiver média igual ou superior a sete e frequência igual ou superior a 75% por disciplina.

O discente estará reprovado quando não atingir em cada disciplina, mínimo de 75% da frequência, de acordo com organização didática em vigor.

O desenvolvimento das atividades para os discentes com dificuldades de aprendizagem deverá ser traduzido em novas avaliações, que substituirão notas e frequências.

23. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os alunos do CST em Gestão Pública poderão requerer aproveitamento de competências diretamente vinculadas ao perfil profissional do respectivo curso. Tais competências podem ser oriundas de cursos profissionais de nível, de curso de nível superior ou ainda adquiridas no mundo do trabalho, através de certificação e competências, observando-se a carga horária e os conteúdos.

Poderá haver aproveitamento de conhecimentos adquiridos no curso conforme o Regulamento Didático Pedagógico nos seus artigos:

Art. 291 O estudante poderá solicitar aproveitamento de estudos já realizados ou certificação de conhecimentos adquiridos por meio de experiências vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, a fim de integralizar componente(s) integrante(s) da matriz curricular do curso ao qual encontra-se vinculado.

§1º O estudante poderá integralizar componente curricular por meio de aproveitamento de estudos ou certificação de conhecimentos, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da carga horária da matriz curricular do curso.

§2º O *caput* aplica-se aos cursos técnicos de nível médio ou de graduação, devendo estar descrito no PPC de cada curso

Art. 292 Para prosseguimento de estudos, o IFPA poderá promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, e que tenham sido desenvolvidos:



- I) Em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II) Em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III) Em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

24 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do projeto do Curso estabelece um contínuo diálogo com o intuito de garantir padrões de qualidade acadêmico-científica ao curso, definindo as políticas estratégicas da instituição para corrigir distorções no transcorrer do processo de aprendizagem.

Seu processo de avaliação consiste numa sistemática que envolve três dimensões: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Colegiado de Curso e do seu NDE e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

A instituição estabelece sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a finalidade de condução dos processos de avaliação de todos os aspectos e dimensões, em conformidade com o Decreto 10.861/2004 -SINAES que tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, entre os quais a auto-avaliação e a avaliação externa in loco.

A CPA também estabelece em período anual a avaliação da comunidade acadêmica: docentes, discente e técnico administrativo, quanto as dimensões didático-pedagógico, corpo docente e infraestrutura. A aplicação da consulta estabelece diagnóstico quanto ao atendimento ao público, condições estruturais, metodologias de ensino-aprendizagem, e qualidade do ensino.

O processo de avaliação do curso apresenta seu tripé de atuação: Núcleo Docente Estruturante, ENADE e CPA.



O Colegiado de Curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) também atuam ativamente no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

De acordo com o art. 75 do Regulamento Didático Pedagógico o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido.

O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante NDE é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento regulado pelos Art. 83 e 84 da Organização Didática do IFPA-Campus Belém com a finalidade de assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Os discente insere-se no processo de avaliação do curso, sua estrutura curricular, objetivos e atualizações pertinente através de reuniões pelos seus representantes junto ao Colegiado do Curso, em reuniões semestrais junto a coordenação e o departamento de apoio pedagógico do campus, para expressar opiniões de métodos pedagógicos e conteúdos programáticos

25. SISTEMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional consiste numa sistemática que envolve: a Comissão Própria de Avaliação (CPA), Avaliação no âmbito do Curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

O sistema de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFPA tem como finalidade a condução dos processos de autoavaliação no Campus-Belém, em conformidade com o SINAES, conforme prevê a Lei nº 10.861/2004, cujo objetivo é assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes.

Na autoavaliação realizada pela CPA-Campus Belém, é tomado como referência



os princípios, as dimensões e indicadores do SINAES. Os princípios norteadores da avaliação:

- **Globalidade**, mediante avaliação de todos os elementos que compõem o curso;
- **Respeito à identidade dos cursos** e suas características próprias;
- **Legitimidade**, mediante metodologia e indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas;
- **Reconhecimento**, por todos os agentes, da pertinência e legitimidade do processo avaliativo;
- **Responsabilidade social**, visando à qualidade da formação mediante a promoção da eficácia do ensino, tendo como ponto de partida os resultados da avaliação;
- **Continuidade**, visto que são grandes os desafios e real a possibilidade de retrocessos;
- **Compromisso formativo**, como princípio a avaliação como elemento central para o desenvolvimento da eficácia, eficiência e efetividade no contexto institucional.

Na autoavaliação institucional os docentes e discentes do curso participam de forma interna e externa. Anualmente, geralmente no período de Janeiro a Fevereiro de cada ano, onde a comunidade acadêmica é mobilizada para participar, bem como no período de visita *in loco* dos avaliadores do Inep, e os discentes na participação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE. Os meios pelos quais se realiza a mobilização são: Site da Instituição, Facebook, e-mail, telefone, documentos internos, assim como cartazes e folders.

Os resultados são base para os diálogos com a comunidade acadêmica, bem como com os gestores para fins de tomadas de decisões, visando à qualidade do ensino.

O relatório final da CPA-Campus Belém é encaminhado a direção geral do campus e para a CPA-Institucional. No referido relatório consta uma proposta de Plano de Melhorias para sanear as deficiências encontradas, seja no ambiente micro, no caso do curso, ou no ambiente macro, no caso do Campus, com prazos para executá-los. As ações para sanear as deficiências são monitoradas por uma comissão, onde a CPA



também é membro efetivo. E assim, no próximo ciclo avaliativo a verificação do impacto das ações efetivamente realizadas.

26. DESCRIÇÃO DO CORPO SOCIAL

O CST em Gestão Pública prevê um corpo docente composto de 80% de Mestres e Doutores, conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 - Corpo Docente previsto para o CST em Gestão Pública

	Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Formação Acadêmica
01	Ailton Castro Pinheiro	Especialista	DE	Bacharel em Ciências Contábeis, Especialização em, Gerência Contábil
02	Alessandro de Castro Correa	Doutor	DE	Bacharel em Administração, Doutorado em Administração
03	Aloma Tereza Pinho de Vasconcelos Chaves	Mestre	40h	Bacharel em Direito, Mestrado em Gestão de Recursos Naturais
04	Dauana Santos Ferreira	Mestre	40h	Bacharel em Direito, Mestrado em Direitos Humanos
05	Fabricio Quadro Borges	Pós-Doc	40h	Bacharel em Administração, Pós Doc em Gestão de Tecnologia
06	Haroldo de Vasconcelos Bentes	Doutor	DE	Graduação em Filosofia, Doutorado em Educação
07	Jean Guilherme Guimarães Bitencourt	Mestre	DE	Bacharel em Ciências Sociais, Mestrado em Ciências Políticas
08	Katya Regina Matos Batista	Mestre	DE	Bacharel em Ciências Contábeis, Mestrado em Gestão
09	Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral	Doutor	DE	Bacharel em Turismo, Doutorado em Desenvolvimento Sustentável
10	Maria de Nazaré Rodrigues	Mestre	DE	Bacharel em Nutrição, Mestrado em Educação
11	Maria Helena Cunha Oliveira	Mestre	40h	Bacharel em Farmácia, Mestrado em Saúde



12	Rita Sidmar Alencar Gil	Doutor	DE	Licenciatura em Matemática, Doutorado em Educação da Matemática
13	Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos	Mestre	DE	Bacharel em Ciências Econômicas, Mestrado em Economia
14	Ricardo Afonso Ferreira de Vasconcelos	Doutor	DE	Bacharel em Ciências Sociais, Doutor em Educação e Tecnologia
15	Roberto Magalhães Reis	Especialista	DE	Bacharel em Geologia, Especialização m Gestão

Fonte: SIGAA

Segue abaixo a descrição do Corpo Técnico-administrativo de apoio ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública:

Quadro 4 – Corpo Social Previsto para o CSTGP

TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	CARGO
Adélia de Moraes Pinto	BIBLIOTECARIA
Adriana M.N. de Souza Porto	PEDAGOGO
Alexandre Santos da Silva	PEDAGOGO
Clauda Portela dos Santos	ASSISTENTE SOCIAL
Claudete Rodrigues da Silva Santos	ASSISTENTE SOCIAL
Elaine Ribeiro Gomes	PEDAGOGO
Gísela Fernanda Monteiro Danin	TEC. ASSUNTOS EDUC
Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva	TEC. ASSUNTOS EDUC.
Janete Pamplona	SECRETARIADO
Lilian Cristina Santos de Oliveira	BIBLIOTECÁRIO
Maria José Souza dos Santos	BIBLIOTECÁRIO
Maria Suely da Silva Corrêa	BIBLIOTECÁRIO
Milena Monteiro Nagahama	PSICOLOGO
Mirim Castro Marques	PEDAGOGO
Raimundo Matos Monteiro Junior	BIBLIOTECÁRIO
Roseane do Socorro Brabo da Silva	ASSISTENTE SOCIAL
Simone Nazaré da Silva Coutinho	BIBLIOTECÁRIO

Fonte: SIGAA

27. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A metodológica de ensino do curso está centrada no uso de novas prática de ensino, de pesquisa e extensão, num processo sistêmico e contínuo de mudança nas práticas pedagógicas.

As transformações são tanto ambiente pedagógico quanto tecnológico,



processos de ensino e pesquisa do docente ao ministrar conteúdos específicos aplicados, a gestão pública e ao mundo do orientados as necessidades e expectativas de manter o currículo sempre adequado às expectativas e demandas futuras do mercado.

Na esfera profissionalizante, as parcerias com órgãos governamentais e não governamentais devem ser estimuladas, possibilitando aproximar os acadêmicos na vivência prática. A construção pedagógica do curso garante o despertar e o estímulo as potencialidades da interação entre a esfera administrativa das organizações quer pública e/ou privadas e a formação acadêmica, no sentido de flexibilidade curricular com os parceiros no ensino de conteúdos de base técnica das aplicações.

As estratégias metodológicas estão pautadas em constante interação entre os conteúdos abordados em sala e sua aplicabilidade prática. Seu desenvolvimento acontece através de estágios, vivências acadêmicas extracurriculares, visitas técnicas, palestras, participação em eventos técnico - científico da própria instituição, seminários/encontros anuais que o curso promove dentre outras que ocorrerem.

A articulação com projetos de pesquisas gerados pelos docentes são ferramentas de orientação as práticas metodológicas aos discentes pelos bolsistas aprovados em editais específicos.

28. COLEGIADO DO CURSO E NDE

De acordo com o art. 364 do Regulamento Didático Pedagógico o Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo que se destina à avaliação da eficiência educativa do Processo Pedagógico desenvolvido.

O Colegiado de Curso organiza espaços de discussão e acompanhamento da qualificação didático-pedagógica dos docentes através de levantamentos semestrais que permitem observar a produção dos professores e o investimento realizado no sentido da socialização de pesquisas em diferentes espaços da comunidade.

Integra o Colegiado de Curso professores ligados ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública, uma representação de professores de áreas afins que participam de



trabalhos desenvolvidos, um representante técnico-administrativo do quadro permanente e por um representante dos estudantes.

Em conformidade com a Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 o Núcleo Docente Estruturante – NDE é um órgão deliberativo do curso com composição e funcionamento regulado pelos Art. 65 e 66 do Regulamento Didático-Pedagógico do IFPA-Campus Belém com a finalidade de assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

Atualmente é composto pelo coordenador do curso e mais sete professores que participam efetivamente dos processos de discussão, ajudando a programar e consolidar o PPC. O NDE é composto pelos seguintes docentes: Ailton Castro Pinheiro(membro), Jean Guilherme Guimarães Bitencourt (membro), Rita Sidmar Gil (membro), Katya Regina Matos Batista(membro), Alessandro de Castro Correa (membro), Aloma Tereza Vasconcelos Chaves (membro), Dauana Ferreira dos Santos(membro), Roberto Magalhães Reis (membro), Rita e Cássia Ferreira de Vasconcelos(presidente), Neila Waldomira Cabral (membro).

29. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O curso de Tecnologia em Gestão Pública dispõe atualmente de:

- 01 sala de coordenação direcionada para atendimento administrativo e acadêmico à comunidade e encontro com os docentes e discentes.
- 03 computadores para atendimento administrativo aos docentes e discentes.
- 01 impressora compartilhada.
- 03 data show.
- 01 notebook
- 01 laboratório de informática com 25 computadores.

29.1 Infraestrutura física do campus Belém

- Salas de aula: 91 distribuídas em 03 blocos sendo todas climatizadas.
- Laboratórios: 50
- Salas de docente: 01 sala



- Auditórios: 05
- Coordenações de Ensino Superior: 15
- Coordenações de Ensino Técnico: 32
- Quadras de esportes: 02
- Área verde: 01
- Biblioteca: 01
- Instalações Administrativas: Na IES existem 11 setores envolvidos em atividades administrativas articulados com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

29.2 Infraestrutura acadêmica

29.2.1 Biblioteca

29.2.1.1 Área Física:

Área Total: 2,216,90 (m²).

- ✓ Área para Usuários (m²): 1.241,90.
- ✓ Capacidade (Nº de usuários) 429.

29.2.1.2 Espaços Físicos

- ✓ Dois (2) salões de leitura com capacidade para 429 lugares.
- ✓ Oito (8) salas para estudo em grupo.
- ✓ Vinte Seis (26) cabines individuais.
- ✓ Dois (2) mini-auditórios com sessenta (60) e quarenta (40) lugares, respectivamente.
- ✓ Um (1) laboratório de Internet com oito(8) computadores.
- ✓ Videoteca - acervo diversificado de fitas de vídeo para consulta e empréstimo.
- ✓ Área para expansão do Acervo no segundo pavimento com 255 m².

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários							
Biblioteca Nº	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo



1	08 / 22	08 / 22	08 / 22	08 / 22	08/22	08/12	-----
---	---------	---------	---------	---------	-------	-------	-------

Acervo

ACERVO		QUANTIDADE
LIVROS	Títulos	7.000
	Exemplares	19.795
FITAS DE VÍDEO	Nacionais	283

ÁREAS	LIVROS	
	TÍTULOS	EXEMPLARES
Informática	456	1.203
Saúde Pública	27	77
Ciências Sociais	378	740
Linguística	242	738
Matemática	199	835
Geografia	23	66
Matemática – Licenciatura	49	129
Física	41	211
Química	50	194
Biologia	72	179

Equipamentos Didáticos

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Televisores	71
Vídeo Cassete	10
Data Show	02
Câmera	01
Flip-Charts	04



29.2.1.3 Política de Atualização:

A política de atualização é feita através da listagem de livros enviada pelos coordenadores dos referidos cursos, para a aquisição dos mesmos. Os alunos têm livre acesso ao material bibliográfico, com exceção do acervo de consulta e a utilização é feita através de consulta local e empréstimo domiciliar.

29.2.1.4 Catalogação e Informatização:

O acervo está organizado com base nos mais modernos métodos de biblioteconomia: Código de Catalogação Anglo-Americana e Sistema Decimal de Dewey. A informatização é feita pelo SAB (Sistema de Automação de Bibliotecas).

29.2.1.5 Serviços Disponibilizados:

Empréstimo:	✓ As publicações podem ser emprestadas, com exceção, das obras de referência como: Enciclopédias, Dicionários, Almanques, etc. Sendo que, das publicações emprestadas 1(um) exemplar de cada obra deve permanecer na biblioteca.
Reprografia:	✓ 01 setor
Informação ao Usuário:	✓ Ao acervo de empréstimo o usuário interno tem livre acesso e o usuário externo solicita a informação ao servidor responsável. Ao acervo de consulta, o acesso dos usuários ocorre por meio de solicitação ao servidor responsável.

29.3 Laboratórios dos Cursos Superiores de Tecnologia

Laboratório (nº e/ou nome)	Área	- m² por estação:	m² por aluno
01 Laboratório de Ensino Superior de Tecnologia	52.50(m²)	3,50	2,63
Descrição (Materiais, Ferramentas, Softwares Instalados, e/ou outros dados)			
15 Computadores	Microcomputadores de mesa, processador AMD Athlon K-7 1,5 Ghz, cache L2, 256 de RAM (DIMM), vídeo AGP, HD de 40GB, leitora de disco ótico de 52x, monitor em cores padrão SVGA (Samsung 17´) teclado ABNT e mouse.		
Internet	Provedor de Acesso a Internet com velocidade de 512, acesso livre.		
Sistema Operacional	Windows, Unix, Linux.		



Editor de Texto	Word.
Planilha Eletrônica	Excel.
Editor Apresentação	PowerPoint.
Correio Eletrônico	Outlook.
Browser	Internet Explorer.
Software de Linguagens de Programação	Existentes no mercado.
Banco de Dados	SQL Plus da Oracle 8i, SQL 7.0 da Microsoft.

30. DIPLOMAÇÃO

O diploma de Tecnólogo em Gestão Pública será expedido após o aluno ter integralizado todos os componentes curriculares do Curso e realizado o ENADE, caso o curso tenha sido selecionado para participar do exame.

A diplomação é realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, no que se refere aos cursos superiores pela Coordenação Geral de Legislação, Registro e Indicadores Educacionais (CGLRIE) vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) deste Instituto.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA de 21 de maio de 2015:

a integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos superiores de graduação, com o título de Tecnólogo em Gestão Pública conforme habilitação profissional, são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo o cumprimento da carga horária mínima das atividades complementares, a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular, definidos em PPC, assim como a defesa e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).



No que se refere à diplomação dos cursos superiores de graduação deverá ser observado também à realização, pelo estudante, na condição de participante ou dispensado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), conforme previsão no Art. 33-G da Portaria Normativa Nº 40 de 12 de dezembro de 2007, “O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa”.

Do mesmo modo, deve-se verificar se o estudante participou da Colação de Grau, pois esta se configura, como um requisito obrigatório à diplomação dos cursos superiores de graduação, considerando o que define o Art. 29 da Resolução Nº 018/2013 – CONSUP de 09 de abril de 2013 que “**Após a colação de grau o formando estará apto a solicitar, via processo, sua diplomação**”.

Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de Tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

I) Documentos obrigatórios para o diploma que o estudante deverá anexar:

- a) Documento de identificação oficial;
- b) Certidão de nascimento ou casamento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Título eleitoral com quitação eleitoral;
- e) Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
- f) Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;
- g) Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- h) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;
- i) Ata de defesa do TCC;
- j) Ficha de Atualização de cadastro para fins de acompanhamento de egresso



31. REFERENCIAS

ANDRADE, C. C. **Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo**. In: **Mercado de Trabalho**. (Nota Técnica), n. 37, nov. 2008. Disponível em: <www.ipea.gov.br>.

BRASIL. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o e-MEC, 2007. Disponível em

BRASIL. **Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino, 2006. Disponível em

CNE-Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior, **Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002**. Disponível em

BRASIL (a). Presidência da República. **Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8429.htm. Acesso em: 23 set. 2006.

BRASIL (b). Presidência da República. **Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelecem diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 23 set.



2006.

BRASIL (c). Presidência da República. **Decreto N° 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm . Acesso em: 23 set. 2006.

BRESSER PEREIRA, L.C.; SPINK, P.K. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial.** 3 ed. São Paulo: FGV, 1999.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. **Política de Valorização do Salário Mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010.** (Nota Técnica), n. 86, rev. e atualiz., jan. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 out. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Política Social e Desenvolvimento – a Juventude em Foco. In: **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise.** n. 15, mar. 2008. Disponível em:<www.ipea.gov.br>.

INSTITUTO FEDERAL DE TECNOLOGIA DO PARÁ. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO-CPA-CAMPUS BELÉM. **Relatório de Autoavaliação dos Cursos Superiores do Campus Belém – 2014.** Belém. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE TECNOLOGIA DO PARÁ. **Relatório de Gestão – Campus Belém. 2014.** Belém.2015.



INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Instrumentode Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, Brasília, fevereiro de 2012,

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Institucional. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco**, Parte I, 2012, 22 p.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Características do Emprego Formal – RAIS, 2011**. Disponível em:<www.mte.gov.br

_____ **Evolução do emprego por nível setorial**, 2011. Disponível em:<www.mte.gov.br

MELLO, Carlos Palma de, MONTEIRO, Augusto de Oliveira. **Reforma do Estado e Programas de Qualidade: Uma Avaliação dos Resultados do Programa de Qualidade em Obras Públicas do Estado da Bahia**. In: XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 2005, Brasília. XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração - EnANPAD, 2005.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL–PDI. Disponível em <http://www.ifpa.edu.br/2013-10-27-00-11-6>

REGULAMENTO DIDATICO PEDAGÓGICO DO IFPA. Disponível em <http://www.proen.ifpa.edu.br/documentos-1/i-encontro-das-equipes-pedagogicas/1266-resolucao-n-041-2015-consup-regulamento-didatico-pedagogico-do-ensino-no-ifpa/file>



SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.



ANEXOS



**MEC – SETEC / SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
DIRETORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

 INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA
Pará

Câmpus
Belém